

MARISA DE SOUZA COSTA NEVES BUCHALA m.t.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Marisa de Souza Costa
Neves Buchala e aprovada pela Comissão Julgadora
em Campinas, FE/UNICAMP

Data 04/3/91

Assinatura Luís Brilh

**ANÁLISE DE UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE
PSICOLOGIA NO 2.º GRAU**

Bc/9103019

UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1991

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação na Área de Concentração: Psicologia Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Fini. *m.t.*

Comissão Julgadora:

hult
us
Hueshiep

Para Eli Buchala, meu marido, e aos nossos filhos, Eli Roberto, Carlos Alberto, Marco Antonio e Elisa.

AGRADECIMENTOS

Queremos registrar nossos mais sinceros agradecimentos aos que nos ajudaram, incentivaram e financiaram:

À Professora Doutora Maria Inês Fini que, além de excelente orientadora foi uma verdadeira amiga;

Aos Sujeitos desta pesquisa sem a colaboração dos quais este trabalho não seria possível;

Aos professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, pela atenção e carinho com que sempre me privilegiaram;

À CAPES, pela bolsa de estudos que contribuiu para a realização deste trabalho;

Ao Professor Doutor Carlos Daghljan, do Departamento de Letras Modernas, da Unesp de São José do Rio Preto, cujas sugestões contribuíram para melhorar a redação deste trabalho.

A todos, minha gratidão.

Marisa de Souza Costa Neves Buchala

RESUMO

Este trabalho tem por escopo analisar os desdobramentos, na rede de ensino público, da "Proposta Emancipadora" para o ensino de Psicologia no 2º grau (1986), com base em depoimentos de seus autores, que representavam o Conselho Regional de Psicologia - 6ª. Região, o Sindicato dos Psicólogos e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação, do Estado de São Paulo. Pretende, com isto, (a) reavivar o debate sobre a reintrodução de disciplinas de Ciências Humanas em geral, e de Psicologia em particular, na escola secundária, (b) discutir o papel da universidade na formação do pessoal docente destinado à escola de 2º grau e (c) contribuir para a discussão da política educacional relativa ao ensino secundário, público e gratuito, neste momento de redefinição.

ANALYSIS OF A PROPOSAL FOR THE TEACHING OF PSYCHOLOGY AT HIGH SCHOOL, Master's thesis presented by Marisa de Souza Costa Neves Buchala to the Faculdade de Educação / Universidade Estadual de Campinas, State of São Paulo, Brazil, 1991.

This is an attempt at analyzing the developments, in the State of São Paulo official school system, of an "Emancipating Proposal" for the teaching of Psychology at high school (1986), based on statements by its authors, who represented the Regional Council of Psychology, the Psychologists' Union, and the Education Department, of São Paulo. It thus intends to (a) stimulate the debate on the reintroduction of Human Sciences, mainly of Psychology, in high school, (b) discuss the university's role in forming teachers for the task, and (c) contribute to the discussion of the educational policy concerned with free and public secondary education at a time of redefinition.

SUMÁRIO

Capítulo	Página
I. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	001
1. Introdução e Objetivos	
2. O Problema Investigado e Sua Delimitação	
3. Metodologia de Trabalho	
3.1. Constituição dos Dados	
3.2. Análise dos Dados	
3.3. Organização do Trabalho	
II. A PROPOSTA NO CONTEXTO DE SUA ENUNCIÇÃO.....	016
III. OS AUTORES E A PROPOSTA.....	033
1. As Entrevistas	
2. Resumo dos Principais Tópicos Abordados pelos Su- jeitos	
3. Síntese Integrativa	
3.1. Coincidências	
3.2. Divergências	
IV. DESDOBRAMENTOS DA PROPOSTA.....	101
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
ANEXOS.....	127
1. "Proposta para o Ensino de Psicologia no 2º Grau"	
2. Roteiro de Entrevista	
3. "Síntese Geral da Avaliação da Proposta Curricular"	
BIBLIOGRAFIA.....	140

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1. Introdução e Objetivos

No exercício de atividades docentes em Curso de Licenciatura em Psicologia, fomos percebendo a necessidade de se repensar o problema da formação profissional para a atividade de ensino.

Tomamos contato com vários estudos e pesquisas sobre o assunto. Tais estudos têm privilegiado uma visão muito parecida com a do modelo da formação do médico, quase sempre voltada para a prática clínica. Tanto a análise dos currículos dos Cursos de Licenciatura em Psicologia, como também um levantamento das percepções e expectativas dos alunos a respeito de sua formação profissional corroboram tal visão.(9)*

Neste contexto, a licenciatura e a consequente formação docente aparecem como um adendo ao referido curso, sendo, não raro, relegadas a uma posição secundária e de menor importância.

A tendência para uma especialização precoce e uma ênfase no tecnicismo, quando da formação profissional do psi-

* As indicações de fonte bibliográfica serão feitas de acordo com normas da ABNT: o primeiro, ou único número, que vem entre parênteses, após a citação ou alusão, corresponde ao número da obra na bibliografia; os que vêm após os dois pontos referem-se às páginas pertinentes.

cólogo, são apontadas, por alguns autores, como características principais dos Cursos de Psicologia. Tais características, entretanto, dificultam um aprofundamento nas questões pedagógicas, no campo da Didática, visto ser esta uma disciplina de síntese por excelência, para a qual convergem as demais disciplinas do saber - fazer pedagógico.

O pensar a totalidade do processo ensino - aprendizagem corresponde ao esforço que toda didática, comprometida com o avanço e o progresso das práticas educacionais, precisa fazer no sentido do seu embasamento teórico. Este esforço fica claramente prejudicado quando vão se impondo, em qualquer formação profissional, visões fragmentadas, tecnicistas e muito especializadas a respeito de suas práticas.

A partir da percepção destes problemas, da experiência adquirida como educadora e supervisora de ensino nos quadros da Secretaria da Educação e da consideração dos suportes administrativo-legais relativos aos problemas de ensino e aprendizagem, nossa reflexão foi se concentrando na situação do ensino secundário na rede oficial, principalmente no tocante ao retorno das Ciências Humanas, inclusive da Psicologia, aos currículos de 2º grau.

A necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica na formação educacional dos alunos do 2º grau, como objetivo primordial deste grau de ensino, foi se impondo de maneira cada vez mais clara. Aos professores e alunos, enquanto agentes do processo ensino - aprendizagem, através de discussões e trocas de experiências, compete procurar compreender o momento presente com vistas aos caminhos a serem

percorridos.

Estas reflexões preliminares, bem como a certeza de que uma efetiva democratização de nosso ensino só se consolidará quando pudermos atender com eficácia a crescente demanda escolar, ampliaram o campo de nossas indagações.

Partindo do princípio de que democracia é uma conquista, não uma concessão, julgamos necessário articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade com um todo. Neste sentido, a reflexão sobre a legislação escolar pode permitir uma leitura crítica da organização escolar enquanto instituição e, com isto, colaborar para uma melhor compreensão das finalidades e dos objetivos de uma determinada política educacional.

Para melhor contextualizar este trabalho, tentaremos primeiro recuperar um pouco da recente história da educação em nosso país, a começar pela lembrança de que, a partir de 1968, a conjuntura nacional estava sendo rearticulada. No campo de ensino surgem, neste época, a reforma universitária contida na Lei 5540/68 e a Lei 5692/71, que traça as novas diretrizes e bases da educação nacional para o ensino de 1º e 2º graus.

A reforma universitária instituída pela Lei 5540/68 é contemporânea, não por mera coincidência, do Ato Institucional n 5, que afetou diretamente a vida universitária, trazendo em seu bojo aposentadorias compulsórias, repressões estudantis, modificações na representação estudantil, restrições à liberdade acadêmica e outras intervenções e restrições a uma prática educacional democrática e libertadora.

Tais medidas legais conseguem mudar o eixo das preocupações universitárias, prejudicando a discussão crítica dos problemas educacionais, sócio-políticos e culturais.

A universidade deixa de ser o espaço aberto e livre que permite o debate e a construção do saber e do homem em sua totalidade, sendo-lhe imposta a racionalidade tecnocrata para sua gestão. O saber passa a ser cada vez mais fragmentado em especialidades, contidas em departamentos estanques, quase incomunicáveis entre si. A produção cultural e crítica torna-se menos desejável ou tolerável, privilegiando-se o tecnicismo e o cientificismo.

A Lei 5540/68 surgiu em um momento de crise nacional, para conter as manifestações estudantis e de parte do pessoal docente. Nos movimentos estudantis de abril de 1964 até o início de 1968, duas reivindicações eram feitas com insistência pelos manifestantes: a revogação dos acordos MEC-USAID e da Lei Suplicy de Lacerda, pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estudantis pelos Diretórios Estaduais.

Pela Lei Suplicy de Lacerda o Ministério da Educação e Cultura poderia convocar o Diretório Nacional dos Estudantes, o que foi interpretado pelos manifestantes como violação da autonomia de sua entidade. Esta Lei foi substituída por outra, o Decreto 228/67, que aumentava ainda mais a intervenção do Estado na organização estudantil.

Com a promulgação do AI-5 em 1968 e o Decreto 477/69, cessaram todas as manifestações no meio acadêmico.

Os acordos MEC-USAID previam a colaboração técnica dos Estados Unidos para o planejamento do sistema de ensino brasileiro, constituindo-se, para muitos, no instrumento primordial da dominação cultural norte-americana em nosso país.

Em relação ao ensino de 1º e 2º graus, surge a Lei 5692/71, promulgada no Governo Médici, na esteira dos mesmos arranjos que articularam e forjaram a reforma universitária.

A tendência tecnicista é flagante em ambas as leis. A ênfase recai na formação profissional do aluno. Implanta-se o modelo burocrático-funcional na organização escolar. A escola passa a ser vista como uma empresa a ser gerenciada como qualquer outra organização. A escola de 2º grau, na visão tecnocrata, deveria preparar mão-de-obra a serviço dos interesses do capital.

Essa ênfase na profissionalização, descrita como "qualificação para o trabalho", silencia a escola como o espaço do livre debate e da crítica construtiva. A cultura geral perde espaço no currículo que se pretende impor. As ciências humanas, inclusive a Psicologia, são, por assim dizer, banidas do currículo.

O capitalismo tecnológico, instalando-se no país, requer mão-de-obra especializada. Esta era uma das pretensões deduzidas do "espírito da lei" que reformulava o ensino.

No campo didático surge a próspera indústria do livro didático. Não mais o livro de textos, complemento do trabalho docente, mas sim, o livro programado, descartável, de uso individual. O Professor deixa de ser o articulador do saber, o livro faz isto por ele. O professor não produz o

conhecimento e nem é mais aquele que tem o conhecimento; passa a ser um mero controlador do tempo que o aluno gasta para dar as respostas corretas.

Ao aluno compete, apenas, dar a resposta certa de um exercício que já tem uma resposta. Nenhum desafio se coloca. Silenciam-se alunos e professores. O professor, neste contexto, não precisa nem mais ter o domínio do conteúdo.

Este tipo de professor é, também, resultado da reforma universitária que, no tocante à formação de docentes, vai se deteriorando desde a minimização dos currículos nos cursos de licenciatura ao abreviamento destes, com a consequente queda de qualidade. Assiste-se também a uma expansão enorme da rede particular de ensino de 3º grau, com a oferta de cursos de fim de semana, para a formação de novos docentes.

As mudanças curriculares, oriundas das reformas nos ensinamentos de 1º, 2º e 3º graus, trazem em seu bojo, como toda proposta curricular, um projeto de homem e de sociedade. Neste caso, um homem silenciado, submisso, alienado e receptivo ao desenvolvimento do capitalismo tecnocrático que se instalava. Por tudo isto, torna-se importante a visão histórica do momento em que surgem estas modificações curriculares.

O período Médici, em que se dão as referidas reformas, caracterizou-se, no campo econômico, pelo chamado "Milagre Brasileiro", pelo qual, até hoje, estamos todos pagando. A ênfase na modernização tecnológica, uma influência cada vez maior da burocracia, a valorização dos técnicos e um Estado altamente intervencionista são características deste período.

do. As reformas no ensino visavam à consolidação deste modelo econômico e social.

O planejamento educacional, com um enfoque técnico-científico, tal como era preconizado pelas reformas do ensino nos anos de 1968 e 1971, reflete o modo de pensar as escolas como uma empresa, tal como as que encontramos na sociedade industrial, burocrata e capitalista. A burocratização do ensino foi uma das tendências mais fortes herdadas deste período.

Convém lembrar que, na vigência da ditadura militar, tentou-se, ao nível do 2º grau, a implantação do ensino profissionalizante. Tal tentativa acabou por não se concretizar na prática por vários motivos, o mais relevante dos quais talvez tenha sido a absoluta insuficiência de recursos alocados para este grau de ensino.

A cúpula administrativa, que planejava e decidia, não permitia o aumento do número de classes e realizava um rígido controle do ensino de 2º grau. Alguns educadores viam nisso um indício da tendência à privatização do ensino secundário. Coincidentemente, ou não, a falta de vagas, a indefinição dos seus propósitos e objetivos e sua degradação qualitativa ensejaram uma grande expansão da rede privada do ensino de 2º grau. Esta passava a oferecer um ensino de melhor qualidade, no sentido propedêutico, de preparação para o 3º grau, do que a rede oficial. Mas, por se tratar de escola paga, impossibilita o acesso das classes populares.

No campo da educação, qualquer iniciativa visando à criatividade, ao desenvolvimento do espírito crítico, ou à

autonomia da escola, torna-se incompatível com a estrutura escolar burocratizada que se instalou entre nós. Criatividade pressupõe liberdade e efetiva participação das bases em todo o processo de planejamento e tomada de decisão. Pressupõe, também, autonomia.

A luta pela autonomia da escola vem sendo realizada, entre nós, pelos educadores, através de suas entidades de classe, que começam a se organizar sob a forma sindical. A possibilidade de organização sindical, vetada durante a vigência da ditadura militar, foi uma das importantes conquistas dos trabalhadores da educação na nova Constituição, promulgada em 1988. Mas a máquina burocrática e administrativa, que se instalou na estrutura do ensino, insiste em se manter inalterável, dificultando os avanços desejados pelas entidades de classe. Percebe-se a permanência de uma estrutura organizacional altamente centralizada, que exerce rígido controle sobre todo o sistema hierarquizado.

É neste quadro que se movem os setores progressistas da educação, rumo a uma democratização efetiva do ensino. Há, porém muitas lutas pela frente. Neste trabalho vamos nos ater a uma destas lutas, que vem se desenvolvendo no Estado de São Paulo. Trata-se de um projeto, desenvolvido durante o Governo Montoro (primeiro governo estadual eleito pelo voto direto desde 1964), elaborado pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, pelo Conselho Regional de Psicologia e pela Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Assim, este projeto, iniciado nas bases sindicais e contando com a par-

ticipação da CENP, culminou na apresentação de um "Proposta Emancipadora" para o ensino de Psicologia nas escolas de 2º grau.

Por ser um grau de ensino relegado "oficialmente" a plano inferior, qualquer iniciativa que vise à melhoria do ensino secundário parece-nos digna de um estudo mais acurado; especialmente quando se trata de iniciativa advinda de bases sindicais e do magistério progressista, como no caso em que pretendemos nos deter.

Nosso estudo tratará, pois, do ensino de Psicologia nas escolas de 2º grau, no Estado de São Paulo, e, especialmente, da Proposta para o Ensino de Psicologia no 2º grau, elaborada por representantes do Sindicato de Psicólogos no Estado de São Paulo, do Conselho Regional de Psicologia (6ª. região) e da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria da Educação de São Paulo.

Assim, esta dissertação tem por objetivo aprofundar a compreensão do significado do ensino de Psicologia e seu objeto de estudo é a Proposta de Ensino de Psicologia para o 2º grau, que seus autores denominam Proposta Emancipadora.

2. O Problema Investigado e Sua Delimitação

Para chegarmos à compreensão da referida proposta procuramos responder à seguinte questão norteadora:

O que é a Proposta Emancipadora de Psicologia no Ensino de 2º grau?

Vamos delimitar nosso estudo na Proposta propriamente dita, publicada pela Edicon em 1986 na primeira parte do livro intitulado Psicologia no Ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora (2), que tem como autores o Conselho Regional de Psicologia - 6ª. região e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Na segunda parte do livro alguns autores foram convidados a desenvolver os temas contidos na Proposta.

Num primeiro momento pretendíamos, apenas, descrever a Proposta no contexto das condições de sua enunciação, onde abordaríamos as intenções declaradas pelos seus autores e o contraponto do desenvolvimento da mesma, por autores diversos, na 2ª. parte do livro.

Entretanto, como não pudemos observar uma certa sincronia entre os temas propostos pelos autores, no projeto inicial, e o desenvolvimento deles, na 2ª. parte do livro, optamos, para fins de análise, centrar primeiramente nossa atenção na Proposta propriamente dita e nos seus quatro autores. A 2ª. parte do livro entrou subsidiariamente, na medida em que pode esclarecer melhor os significados da Proposta, objeto de nosso estudo.

Através das entrevistas com os autores da Proposta, constatamos que nenhum deles tinha conhecimento de como estaria, atualmente, a Proposta na rede de ensino. Julgamos, portanto, que seria esclarecedor trazer para nossa análise dados que nos foram fornecidos pelo setor de Psicologia da CENP, em janeiro de 1990, e que dizem respeito aos desdobramentos da Proposta junto à rede de ensino. Desdobramentos estes, ocorridos após a saída, da CENP, dos elementos ligados ao grupo de elaboração da Proposta inicial.

Desta forma, nosso problema ficou, então, estruturado em torno da Proposta, desde sua criação até a verificação de sua implantação junto à rede de ensino.

3. Metodologia de Trabalho

No tocante à opção metodológica deste nosso trabalho, a abordagem qualitativa nos pareceu a mais indicada, pois envolve obtenção de dados descritivos, enfatiza mais o processo do que o produto e tem a preocupação de retratar a perspectiva dos participantes.

Trata-se, pois, de uma pesquisa exploratória-descritiva, (20) na medida em que buscou descrever a Proposta Emancipadora de Psicologia no Ensino de 2º grau, a partir de seus autores; analisou o desenvolvimento da mesma tanto na forma do livro publicado para este fim, como também, nos seus desdobramentos junto à rede de Ensino, avaliados pela CENP—Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da SEE—São Paulo em 1990.

A partir desta descrição se estabeleceu nossa análise para a compreensão da Proposta.

3.1. Constituição dos Dados

Os dados foram obtidos junto aos três autores da Proposta; pois com um deles não foi possível contar embora envitássemos todos os esforços neste sentido; no livro publicado pela Edicon e no Documento de Avaliação formulado pela CENP, em janeiro de 1990.

Para a realização das entrevistas com os autores da proposta, utilizamos um roteiro semi-estruturado que serviu para cobrir os tópicos principais a respeito do objeto da

pesquisa, no caso, a Proposta, havendo, entretanto, uma margem para o não estruturado, para o espontâneo e natural que surgisse no aprofundamento das questões. As entrevistas foram gravadas (duas) e respondidas por escrito (uma) e os entrevistados não colocaram qualquer restrição ao uso das mesmas.

O roteiro utilizado nas entrevistas está reproduzido em apêndice no final deste trabalho.(Anexo II)..

Julgamos oportuno anexar, também, ao final deste trabalho a Proposta em sua totalidade, tal como foi formulada pelos seus autores, pois embora publicada poderá ser objeto de consulta mais facilmente encontrado pelo leitor. (Anexo I).

3.2. Análise dos Dados

Considerando a natureza dos dados de nosso objeto de estudo, optamos pela Análise de Conteúdo e pela Análise Documental.

A Análise de Conteúdo é, segundo Bardin, "um conjunto de técnicas das comunicações visando obter,por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". (1: 31).

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, "todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e

sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação". (1:42). Ainda segundo o autor, A análise documental é uma prática científica intimamente ligada à análise de conteúdo, quer pela identidade do objeto, quer pela proximidade metodológica.

A Análise Documental pode ser definida como "uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência ... tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação". (1:45)

Se na análise de conteúdo, objetiva-se a manipulação de conteúdos e expressão deste conteúdo afim de evidenciar indicadores que permitam inferir sob uma outra realidade que não a da mensagem, na análise documental tem-se a representação condensada da informação propriamente dita.

Dentre as práticas da Análise de conteúdo, utilizaremos a Análise de Enunciação, que segundo Bardin, aplica-se habitualmente à entrevista não diretiva ou semi-estruturada.

O objetivo desta análise é o de apreender ao mesmo tempo, diversos níveis embricados, ao contrário da análise de conteúdo estreita que se apóia essencialmente no registro semântico elementar, afirma Bardin. (1:173).

É como afirma ainda, no seu prefácio, uma tarefa paciente de "desocultação".

"O analista é como um arqueólogo: Trabalha com vestígios: os "documentos". ... Se a descrição (enumeração das

características do texto resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra". (1:39).

3.3. Organização do Trabalho

A rigor, não há uma separação estanque entre os diferentes capítulos que se seguem, pois o trabalho se estrutura a partir da complementaridade dos dados e de suas análises em sínteses integradoras sucessivas.

Uma divisão fez-se necessária até mesmo para organizar melhor a leitura do texto.

Assim, no capítulo 2, descreveremos a Proposta no Contexto de sua enunciação; no capítulo 3 apresentaremos a análise da fala de seus autores; no capítulo 4 faremos uma análise dos desdobramentos da proposta na rede oficial de ensino de acordo com a avaliação da CENP e, por fim, faremos nossas considerações finais.

A PROPOSTA NO CONTEXTO DE SUA ENUNCIACÃO

O livro "Psicologia no Ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora", publicado em 1986, sob a responsabilidade do Conselho Regional de Psicologia - 6ª região e do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, pretende discutir mudanças curriculares ocorridas no ensino de 2º grau no Estado de São Paulo e, subsidiar o trabalho docente do professor de Psicologia.

Coloca, como objetivo mais amplo do trabalho desenvolvido, a possibilidade de levar o aluno à reflexão e à crítica, dentro de uma tarefa mais complexa, que seria a de reorganizar a escola de 1º e 2º graus, num processo de construção da sociedade democrática.

Conforme asseveram seus autores, essa ação transformadora do professor passa pelo questionamento que ele faz de si mesmo como reprodutor da ideologia dominante. Julgam que, através deste questionamento, o professor estará contribuindo para uma proposta curricular... "atenta aos elementos contraditórios do real, inserida no contexto mais amplo do processo social." (2:2).

A formação do homem crítico e participante, com uma visão integrada de homem e mundo, seria o objetivo primordial do curso de 2º grau. Julgam que as Ciências Humanas muito têm a contribuir para isto e, a Psicologia, em especial.

Consideram a volta das disciplinas da área das Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia e Psicologia), ao currículo de 2º grau, como uma vitória contra a política educacional brasileira

imposta durante o último período de exceção.

Desenvolvem, inicialmente, um breve histórico sobre a educação brasileira onde salientam como funções básicas da mesma, o serviço de transmissão da ideologia dominante e o de garantir, pelo seu elitismo, o processo de divisão de classes sociais. Acrescentam que, após 1964, outras funções se adicionaram às já descritas.

Tais funções seriam verificáveis, segundo eles, não pelos objetivos explícitos das leis de ensino, mas, nas consequências observadas após a implantação das mesmas. Tais funções seriam: o preparo de mão de obra necessária ao desenvolvimento do capitalismo e a criação de um exército de reserva de trabalhadores que serviria como mecanismo regulador de salários (2:10).

Reconhecem que o objetivo fundamental das mudanças curriculares pós-64, no ensino de 2º grau, direcionando-o para a qualificação de técnicos de nível médio, não obteve êxito e constataam, como consequência disto tudo, o total desmantelamento da rede oficial do ensino de 2º grau no Estado de São Paulo, posto que, hoje, não consegue este nível de ensino propiciar a formação profissional, como não prepara mais para a Universidade e nem consegue garantir aos seus alunos uma formação geral. Então, se perguntam: "qual deve ser o papel das Ciências Humanas, neste quadro caótico que se constitui, hoje, o ensino de 2º grau?" (2:11).

Discutem, a seguir, a situação específica da Psicologia.

Relatam que, desde 1980, com o movimento denominado "oposição sindical" assumindo o comando do CRP (Conselho Regional de Psicologia) e o Sindicato dos Psicólogos, a categoria passou a se organizar para discutir a volta da Psicologia ao 2º grau.

Os trabalhos preliminares foram desenvolvidos com a ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo) e com um grupo de filósofos. Registram as dificuldades iniciais no recrutamento de pessoal da área e o paulatino aumento de interesse destes profissionais. Fundamentando em uma pesquisa feita pelo DIESSE, em 1982, sobre o perfil do psicólogo no Estado de São Paulo, inferem que o desinteresse inicial dizia respeito ao desconhecimento da categoria sobre as possibilidades docentes como área de trabalho. Inferem, também, que as limitações dos mercados de trabalho tradicionais, mormente na área clínica, podem ter colaborado para o aumento do interesse do psicólogo pela docência.

Registram este dado concreto das condições do mercado de trabalho como forte determinante desta nova opção profissional, mais do que uma conscientização efetiva dos profissionais da área, em relação às contribuições que poderiam prestar no sentido do que a Psicologia teria a oferecer à sociedade em geral e ao ensino em especial. No entanto, crêem que esteja acontecendo uma descoberta crescente da relevância social da área docente no 2º grau, como alternativa séria de trabalho profissional para os psicólogos.

Os autores demonstram que acreditam na importância da Psicologia e das demais ciências humanas, para a formação crítica do jovem e que esta formação dependerá, e muito, da capacidade política de organização da categoria e da percepção, destes profissionais, das reais necessidades da clientela escolar e da própria escola. (2:12).

Outro fato considerado de capital importância, pelos autores, seria o de que, a partir de 1984, formou-se um grupo de trabalho integrado pelo CRP, Sindicato e CENP. Salientam isto, como

fato político da maior importância, pois que " pela primeira vez, as entidades de classe tiveram a oportunidade de trabalhar conjuntamente com órgãos de decisão da Secretaria da Educação." (2:12). Viram, neste fato, a significação da verdadeira democratização do ensino, qual seja, a efetiva participação de setores profissionais, através de suas entidades representativas, nos níveis decisórios do aparato estatal.

Outro aspecto que destacam diz respeito à própria Proposta pois que, afirmam, a pergunta chave que a norteou foi a seguinte: " em que a Psicologia pode contribuir para a vida de um cidadão, numa sociedade capitalista como a nossa?" (2:13).

Concluem, afirmando que assumiram a posição de que a Psicologia pode contribuir na medida em que oferece elementos que auxiliem o Homem a analisar suas relações com o mundo. Ou seja, a Psicologia vista como um instrumento eficaz de auxílio ao jovem nas análises que ele faz de suas relações com o mundo.

Propõem, para atingir tais finalidades, o desenvolvimento de dez temas chaves, que veremos mais adiante, e colocam, ainda, outra questão: "como utilizar, de forma relevante, este espaço que se abre no ensino de 2º grau e que problemas enfrentaremos para tanto?" (2:13).

Arrolam dificuldades concretas, implícitas nas necessidades de:

- 1) ampliar o espaço existente no ensino de 2º grau, possibilitando ao psicólogo lecionar outras disciplinas de sua área, como Psicologia da Educação, Psicologia do Desenvolvimento.

- 2) contribuir para a melhor definição da função do professor de Psicologia em substituição ao entendimento corrente do "psicólogo que dá aula". A escola reconhecendo o papel do professor de

Psicologia como professor e não como o profissional que está lá para resolver problemas individuais.

3) reconhecer a forma deficitária com que estão sendo formados os professores de Psicologia nas licenciaturas dos cursos de Psicologia.

A partir destas dificuldades, defendem que a categoria deva:

1) fazer uma revisão crítica em relação à Educação, mormente no ensino de 2º grau, pela relevância social deste grau de ensino.

2) propiciar oportunidades para os profissionais da área discutirem entre si, com os outros professores de área de ciências humanas e com os demais professores da escola, seus objetivos e práticas educacionais, com isto "buscando, coletivamente, alternativas que transformem os objetivos e práticas educacionais vigentes". (2:14).

3) rever os cursos de licenciatura.

4) reconhecer que tal projeto é a longo prazo e que o mesmo exige uma reflexão crítica contínua.

Para seus autores, tal projeto significaria uma contribuição efetiva para a melhoria das condições de ensino e construção de uma sociedade mais crítica e democrática.

Fazem, também, algumas recomendações para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos da Proposta, que podem ser resumidas a partir do tema central que norteou a seleção dos conteúdos, qual seja: o homem como ser total, que interage no mundo.

Caracterizando o Homem como uma totalidade biopsicossocial, os conteúdos apresentados na Proposta poderiam, segundo seus autores, levar a uma melhor compreensão do comportamento humano.

Descartam, para a consecução destes objetivos, uma prática escolar autoritária, meramente acadêmica e centrada no professor. Propugnam por uma modificação na relação professor-aluno, que deveria se caracterizar "pela participação de ambos na construção de condições em que possam trocar as experiências e progredir em seus conhecimentos na busca da verdade." (2:9).

Enfatizam a necessidade de seleção de conteúdos vivos, concretos, ligados à realidade social, e é neste sentido que colocam que o conhecimento da Psicologia, ao ser apropriado pelos alunos, serviria aos mesmos como instrumento de transformação da sociedade.

Ao mesmo tempo, valorizam o conhecimento popular e espontâneo do aluno e creem na possibilidade de uma relação de continuidade entre as duas formas de conhecimento, quais sejam: o conhecimento popular e a apropriação dos conteúdos básicos do saber.

Apresentam primeiro os conteúdos programáticos que, esperam, serviriam a estes objetivos, e sugerem que cada capítulo desenvolvido posteriormente, por autores diversos, deveriam representar uma síntese atualizada dos temas em questão.

Para melhor compreensão da forma como o livro foi estruturado, convém ressaltar que, na Proposta, representando o CRP, o Sindicato dos Psicólogos e a CENP, trabalharam quatro psicólogos, que seriam, pois, os autores da mesma. Estas informações estão relatadas no livro.

No entanto, para o desenvolvimento e a explanação dos temas elencados na Proposta, foram convidados especialistas que, à exceção de um deles, não participaram do grupo de elaboração da Proposta. Estes especialistas foram convidados a desenvolver os temas sugeridos pela Proposta e o fizeram, com grande liberdade,

como se pode constatar ao lê-los.

Tais especialistas foram convidados para desenvolverem estes temas durante um curso realizado pela Comissão de Ensino do CRP e do Sindicato dos Psicólogos. Este curso era destinado a psicólogos interessados na função docente. Posteriormente, tais temas foram publicados, em livro, juntamente com a Proposta. Desta forma, estas palestras compõem, por assim dizer, a segunda parte do livro.

A obra estaria, pois, estruturada em duas partes distintas e com autorias diversas.

Na primeira parte encontramos o que poderíamos chamar de "declaração de intenções" dos autores da Proposta e a Proposta propriamente dita, com os seus conteúdos programáticos. Esta parte do livro tem a autoria dos quatro psicólogos que representaram o CRP - 6ª. região, o Sindicato e a CENP. A íntegra da Proposta acha-se no Anexo 2.

Na segunda parte, sob diversos autores, encontramos temas relacionados, ou não, com os sugeridos pela Proposta inicial.

Para melhor compreensão do exposto e na tentativa de descrição mais detalhada da Proposta, vamos registrar os temas nela contidos e contrapô-los, na sequência em que aparecem na obra, aos temas desenvolvidos pelos especialistas convidados.

Assim, teríamos o seguinte quadro:

Conteúdos Programáticos da Proposta	Temas desenvolvidos pelos especialistas
1. Caracterização da Psicologia	1. Sobre a necessidade de contribuições para a compreensão

da adolescência.

2. Neutralidade Científica	_ 2. Psicologia e Comportamento
3. Comportamentos Apreendidos e Herdados	_ 3. A ciência através dos tempos - a neutralidade científica.
4. Conceitos de Normal e Anormal em Psicologia	_ 4. Genes e ambiente: o comportamento.
5. Motivação Humana	_ 5. Entre Eidílos e Xenidríns: experiência e pré-programas no comportamento humano.
6. Alienação	_ 6. Classificação do comportamento humano: noção de normal e anormal.
7. Comunicação	_ 7. Alienação
8. Emoção e Afetividade	_ 8. O professor de Psicologia no 2º grau e a comunicação
9. Agressividade	_ 9. Emoção e Afetividade
10. Trabalho e Profissão	_ 10. Agressividade
	11. Trabalho e Profissão

Como podemos observar, os títulos e temas contidos na Proposta não são necessariamente, os mesmo desenvolvidos na 2ª. parte do livro. Mesmo quando há coincidência nos temas, a sequência da apresentação não é a mesma. Algumas sugestões da Proposta a respeito do desenvolvimento dos seus temas não foram seguidas pelos autores que compõem a 2ª. parte do livro.

O primeiro tema da 2ª. parte do livro sob o título "Sobre a necessidade de contribuições para a compreensão da adolescência" não aparece na Proposta. Não vamos discutir a importância ou relevância deste tema em um curso destinado a docentes que irão trabalhar com adolescentes. Estamos apenas assinalando o fato de o mesmo não estar incluído na Proposta, havendo, pois, uma certa discrepância.

O tema "Caracterização da Psicologia", que seria o primeiro da Proposta, não é desenvolvido, também, sob este título, na 2ª. parte do livro. Sob o título "Psicologia e Comportamento", o especialista desenvolve, na 2ª. parte do livro, a caracterização da Psicologia, em uma abordagem fenomenológica que não aceita e, mesmo, contradiz, a abordagem definida em termos comportamentais, sugerida pela Proposta.

Na Proposta há, pois, uma definição da Psicologia, em termos comportamentais, muito embora considere, também, no comportamento o que chama de eventos interiores e não somente o comportamento manifesto e observável.

Já na 2ª. parte do livro, o autor, ao caracterizar a Psicologia, tece críticas ao funcionalismo que, a seu ver, fundamenta a Psicologia em termos comportamentalistas e que enfatiza a importância do ambiente: "Coube-me como tarefa apresentar minhas idéias sobre o homem como ser - no - mundo". (2:25). Desta afir-

mação podemos inferir que não lhe foi solicitado desenvolver o tema tal como fora apresentado na Proposta.

É o autor desenvolve uma tese anti-ambientalista, em total desacordo com a definição de Psicologia da Proposta. Rechaça o próprio termo "Comportamento": "Não é suficiente definir a Psicologia apenas como sendo a ciência que estuda o comportamento". (2:27). ... "Em lugar de "Comportamento", termo saturado de significações múltiplas atribuídas pelas Ciências da natureza, seria melhor chamarmos de "atos" humanos". (2:27).

Afirma, mais adiante, que o fundamento do humano está na sua consciência, na preocupação com o seu estar - no - mundo. E mundo, para este autor, é entendido "em termos de horizontes de possibilidades do humano. Horizonte significa aqui, aquela extensão até onde pode chegar o olhar humano". E acrescenta " Quando o ser humano, porém, possa a viver a mediocridade, na condição média comum de vida, sem desafiar e sem possibilidades de transcendência, esse mundo transforma-se para ele, em ambiente." (2:30).

Aqui, pois, podemos observar não só uma discrepância, mas também uma negação dos termos em que a Proposta foi apresentada.

O tema "Neutralidade Científica", da Proposta, é subsidiariamente tratado sob título e ótica diferentes no capítulo "A ciência através dos tempos: a neutralidade científica", onde o autor desenvolve sua concepção da história das ciências. Tornando secundário o tema da "Neutralidade científica" ao abordá-lo sob uma ótica mais idealista, como quando afirma: "Não se pode falar numa neutralidade da ciência. Ela foi sempre feita pelos homens e para os homens que tiveram em mira, mesmo os pesquisadores mais desvinculados, encerrados em seus laboratórios, um progresso da humanidade" (2:39), este autor se afasta muito das pretensões da

Proposta, a nosso ver, mais ideológica, como seus autores afirmam: "Observar que os valores dominantes numa sociedade capitalista correspondem àqueles que atendem aos interesses dos setores dominantes e que o desenvolvimento científico tem estado sujeito aos mesmos". (2:4). Então, aqui também são constatadas divergências e visões diferentes entre o que os autores da Proposta sugerem e o que o especialista desenvolveu na 2ª parte do livro.

O tema da Proposta "Comportamentos apreendidos e Herdados" foi desmembrado em dois na segunda parte do livro e foram tratados por autores diferentes sob os títulos: "Genes e Ambiente: o comportamento" e "Entre Eidilos e Xenidrins: experiência e pré-programas no comportamento humano".

O 1º título foi desenvolvido por um biólogo, e o 2º por um psicólogo que o desenvolve sob a ótica da etologia (estudo biológico do comportamento). Na realidade, ambos os autores discutem, mais profundamente, a questão da inteligência e as suas abordagens, nos parece, seriam mais pertinentes dentro de um contexto específico de Psicologia da Aprendizagem.

O tema "Conceitos de Normal X Anormal em Psicologia" recebe, na 2ª parte do livro, uma abordagem bastante direcionada, não oferecendo, também, como a Proposta solicitava, uma síntese atualizada sobre o assunto, o que sugere a abordagem de diversas vertentes teóricas sobre o assunto. O autor desenvolve apenas uma vertente, a marxista, utilizando o conceito de relações de produção e o caráter histórico do mesmo.

Neste sentido, o autor afirma que os conceitos de normalidade e anormalidade são relativos e devem ser referenciados ao conjunto das relações de produção. Observa que no processo industrial capitalista a natureza de controle embutida no modo de pro-

dução capitalista leva o trabalhador a patologias como a submissão e a alienação. (2:79).

Esta abordagem unidirecional, embora tenha os seus méritos, como o de relativizar o conceito de normalidade e anormalidade, o que nos parece algo bastante aceite, pode induzir a extremos tais como, o de levar à suposição de que estados patológicos seriam encontrados apenas nos operários e no "exército de reserva do processo industrial", pela exposição dos mesmos às operações de coerção que os levariam às patologias comportamentais. É como imaginar que estados comportamentais patológicos seriam "privilégio" de determinada classe social... Por ser unilateral, esta abordagem difere da linha mais eclética e abrangente sugerida pela Proposta na abordagem do tema.

O tema "Motivação", ao ser desenvolvido na 2ª parte do livro, assume uma posição, a nosso ver, marcadamente behaviorista, embora cite, em alguns momentos, Freud e a Psicanálise. O autor não desenvolve os itens sugeridos pela Proposta.

No tema "Alienação" o autor, na 2ª parte, tenta fazer uma síntese sobre várias abordagens possíveis, indo desde o uso médico-psiquiátrico até o uso antropológico-filosófico do conceito e até o que seria, para ele, o uso científico do mesmo; e aponta contribuições da Psicologia para o tema.

Tece críticas a abordagens psicanalíticas, como quando afirma:

O próprio complexo de Édipo é, também, uma construção social e merece ser destacado por este ângulo. Ele não deixa de ser verdadeiro, mas merece ser destacado mais como uma construção social do que propriamente como um fenómeno de origem instintiva, portanto, genético e hereditário, como um ou outro psicanalista, ainda muito organicista, tenta apresentar. (2:112).

Afirma, ainda, que a Psiquiatria do século XIX, de cunho organicista, está sendo paulatinamente abatida pelas interrogações de

cunho sócio-culturais.

Seguindo esta linha de raciocínio, cita autores que trabalham com a hipótese de que o empobrecimento psíquico, tido como sinônimo de alienação, é gerado pela sociedade e, especialmente, pela sociedade capitalista: Foucault (Doença Mental e Psicologia), Schneider (Neuroses e Classes Sociais), Erich Fromm (Psicanálise da Sociedade Contemporânea).

Cita, também, a área da Psicologia Existencialista que, segundo ele, não usa o termo "alienação", mas sim o termo "existência inautêntica", para designar o modo absurdo de se lidar com a vida ou de não se enfrentar o trágico, o absurdo, o desafio e a incógnita da existência. Refere-se muito a Rollo May, que considera de leitura obrigatória (Psicologia e Dilema Humano). Cita, ainda, Jolivet (As Doutrinas Existencialistas) e Finkelstein, (Existencialismo e Alienação).

Ao discutir o uso científico do conceito de alienação, o autor se refere à maneira pela qual Marx desenvolveu este tema, dizendo ser a vertente marxista a mais conhecida de todas; e afirma que "quando Marx usa a palavra alienação está procurando dar-lhe um sentido científico". (2:117).

Aprofunda a análise marxista afirmando que "o animal que se tornou homem, passou por este processo de hominização graças ao trabalho" (2:118), e que a alienação se produziu, historicamente, pelo processo de divisão da sociedade em classes sociais onde surgiram, "a classe dos que trabalham e a classe dos que usavam o trabalho dos outros para sobreviver. Então, começa a aparecer, historicamente, a alienação..." (2:119).

Para o autor, segundo Marx, a alienação é uma desominação que é uma desumanização:

A dimensão do econômico substitui a dimensão do humano: o homem, o ser humano, é uma mercadoria num mercado em que se vende e que se compra. Vende a sua força de trabalho, vende a si próprio e não é, propriamente, um ser humano. Ele não se reconhece e não é reconhecido como um ser humano... Em outras palavras a sociedade capitalista trata o trabalhador não como homem, mas como coisa, como mercadoria, e isto constitui a essência do capitalismo... Então é uma inerência ao capitalismo produzir alienação." (2:120 a 121).

Mais adiante, o autor aborda a questão da Psicologia e Alienação na perspectiva do uso da Psicologia como forma de controle social, sob este ângulo cita Merani, Psicologia e Alienação (Ed. Paz e Terra, 1972).

Conclui afirmando que não se vence a alienação fazendo discursos sobre ela, mas sim, através de práticas transformadoras e julga que "o psicólogo no 2º grau tem um papel desalienador, porém, não vai fazer grandes revoluções dentro de sua sala de aula mas, apenas, uma microrrevolução". (2:125).

Pelo descrito, percebe-se que o autor avança muito em relação ao que é sugerido pela Proposta. No entanto, embora um pouco timidamente, pode-se observar na Proposta, no tratamento deste tema e, principalmente, naquilo que denominamos "declaração de intenções" dos autores da Proposta algumas destas tendências, daí o termos nos detido um pouco mais neste tópico. Para corroborar esta afirmação citaremos um trecho da Proposta, sobre o tema em questão: "Identificar, pelo menos, duas concepções de alienação, caracterizando-a como um fenômeno permanente individual ou como fenômeno determinado pelas condições de vida e pela própria ideologia subjacente à sociedade capitalista". (2:6).

É de ressaltar que o autor, na 2ª. parte do livro, não desenvolve nenhum conceito de alienação como fenômeno individual. Neste sentido, o autor não acata o disposto pela Proposta, pois desenvolve várias concepções, todas tendo em comum o conceito da

construção sócio-cultural do fenômeno da alienação.

O tema seguinte, "Comunicação", é desenvolvido na 2ª. parte do livro com o título "O professor de Psicologia no 2º grau e a Comunicação". A abordagem feita aqui difere da sugerida pelos itens da Proposta. São abordagens diferentes, embora não contraditórias. A Proposta aponta no sentido da discussão dos efeitos da massificação cultural na formação do jovem. Na 2ª. parte do livro o autor aborda a temática sob o ângulo da "Psicologia e Ideologia: "muitas vezes, nós psicólogos, não temos conhecimento de que aquilo que estamos transmitindo como verdade nada mais é do que a opção por certos valores". (2:128). Coloca também a questão da tecnologia e a comunicação neste contexto:

mas a proposta que me parece adequada é a de conseguir apoderar-se desses novos meios de comunicação e não negá-los, não negar sua existência, não negar suas possibilidades, seu poder de transformador da sociedade. Isto é, não ficar idilicamente desejando uma sociedade artesanal que não volta mais ...que as jovens gerações sejam manipuladores críticos dos novos meios de comunicação de massa e da nova tecnologia. (2:132).

Pelo exposto, não observamos antagonismos, mas ângulos diversos na abordagem do tema.

O tema "Emoção e afetividade", embora com o mesmo título, é tratado na 2ª. parte do livro sob uma ótica estritamente comportamentalista. Trata do problema da emoção e afetividade sem citar Freud e a Psicanálise, o que, sem dúvida, indica uma opção teórica.

Ao tentar definir emoção, afirma: "Quando falamos de emoção, referimo-nos a sensações subjetivas que ocorrem em respostas a um fator estimulante, geralmente externo". (2:135). Fica claro o esquema S-R, da teoria comportamental, ambientalista, nesta definição.

A Proposta sugere que outras concepções deveriam ser desenvolvidas, embora também nela se aperceba uma tendência comportamental, ambientalista, como quando, por exemplo, recomenda que se discuta "O que é comportamento emocional?" (2:7).

O tema "Agressividade" é desenvolvido na 2ª. parte pelo único autor que participou também, da elaboração da Proposta. Desta forma, observa-se, no desenvolvimento do tema, um "mapeamento" da questão, como a Proposta sugere, detalhando as várias abordagens teóricas sobre o tema, tais como: a psicanálise, a etológica, a psicobiológica, a psicológico-tradicional (cita aqui, por exemplo, Lombroso, que sustentava relações entre estigmas físicos e criminalidade) e a pesquisa comportamental. Mas o autor observa:

Talvez a grande causa do fracasso das diferentes abordagens terapêuticas à questão da agressividade está no fato de ser encarada em termos exclusivamente individuais, enquanto que as evidências têm demonstrado a importância das condições ambientais mediatas e imediatas como determinantes do comportamento agressivo, abrangendo desde ambiente familiar até as condições socio-econômicas e culturais. (2:158 a 159).

Mais adiante, reafirma:

o fato do comportamento agressivo ser cometido por indivíduos, não significa que seja um problema individual; ao contrário, os dados apresentados demonstram que a agressão é muito mais a exteriorização de um fenômeno essencialmente social, feito de condições socio-econômicas e como tal deve ser analisado e enfrentado. (2:168).

Como podemos observar, a tese ambientalista predomina.

No último tema da Proposta, "Trabalho e Profissão", o autor, na 2ª. parte do livro, desenvolve a questão do trabalho sob a ótica marxista. Tece, assim, comentários sobre a maneira de se encarar o trabalhador como simples mercadoria. Comenta também a questão da fragmentação do trabalho que fragmentaria, também, o próprio indivíduo, desumanizando-o. Sugere uma superação da visão fragmentada e corporativa do trabalho para que se torne possível a visão de totalidade de tudo aquilo que está envolvido na esco-

lha profissional.

Embora o autor tente desmitificar o conceito de "vocação" e mesmo o de aptidão, no recrutamento da força de trabalho, os itens sugeridos pela Proposta não são, em sua totalidade, observados no desenvolvimento do artigo.

Com estes dados comparativos, pretendíamos apenas ressaltar a falta de sintonia entre a 1ª. e a 2ª. parte do livro.

Os autores, responsáveis pelo desenvolvimento dos temas, na 2ª. parte do livro, por não terem participado das discussões e debates que culminaram na elaboração da Proposta, não teriam nenhum compromisso ou, talvez, conhecimento, das pretensões da mesma.

No entanto, tais autores foram convidados pelos autores da Proposta, o que nos leva a inferir que estes esperavam daqueles uma certa afinidade de pensamento e posicionamento teóricos. Mas, em alguns casos, as contradições são flagrantes.

OS AUTORES E A PROPOSTA

1. As Entrevistas

Fizemos as entrevistas, utilizando o roteiro básico de entrevista semi-estruturada, com três dos quatro autores da Proposta, a quem, doravante, passaremos a denominar de S1 (Sujeito 1), S2 (Sujeito 2) e S3 (Sujeito 3). A entrevistadora será identificada com a letra E. Como o quarto elemento, que não pudemos entrevistar, é algumas vezes citado pelos sujeitos da pesquisa, ele será identificado como S4 (Sujeito 4).

Antes da transcrição das entrevistas, caracterizaremos os Sujeitos, conforme dados de identificação fornecidos por eles próprios.

S1 é psicólogo e doutorado em Psicologia Educacional; professor universitário, atua em Programas de Pós-Graduação e é diretor do Centro de Educação da Universidade onde trabalha. Desenvolve pesquisas nas áreas de Psicologia da Educação e Escolar e em Currículos. Desenvolve atividades de Ensino nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento, Problemas de Escolaridade - Aspectos Psicopedagógicos e Escola e Saúde Mental. Tem várias publicações referentes a Psicologia Escolar, Escola, Educação e Saúde Mental e Questões de Disciplina e Antidisciplina. Preferiu responder, por escrito, questões da entrevista, realizada no seu local de trabalho em 21 de março de 1990.

S2 é psicólogo, doutorado em Psicologia Educacional, e professor universitário; atua no Programa de Pós-Graduação da Uni-

versidade em que trabalha e orienta pós-graduandos. Ocupa a Chefia do Departamento de Psicologia Educacional. Desenvolve trabalhos de pesquisa na área de serviço à comunidade. Tem várias publicações nesta área. A entrevista foi gravada em 24 de abril de 1990 no local de trabalho do entrevistado, que não fez qualquer restrição ao uso da mesma pela entrevistadora.

S3 é psicólogo e Professor I (polivalente) e atua em escola da rede oficial do Estado. Tem trabalhos de pesquisa que abordam o problema de Família e Retardamento Mental. Tem publicações na área de Psicologia e Educação Especial. A entrevista, realizada na residência do entrevistado no dia 25 de maio de 1990, depois de gravação e transcrita, foi editada por ele.

S4, conforme descrições feitas pelos outros sujeitos desta pesquisa, é psicólogo, atua como professor universitário e, teoricamente, representava, no grupo, a linha psicanalítica.

Transcrevemos, a seguir, as entrevistas.

E. Como V. S^a. vê a Proposta para o ensino de Psicologia no 2º grau, da qual é autora?

S1. Penso que este livro foi fruto de uma avaliação crítica e coletiva do que vinha sendo realizado no ensino de Psicologia no 2º grau. Na época em que foi elaborado abria-se, com muitas dificuldades a possibilidade dos psicólogos desenvolverem atividades didáticas nesta disciplina. O Conselho Regional de Psicologia, do qual fazia parte, preocupava-se com o fato destes profissionais realizarem um trabalho eficiente no campo que se abria, inclusive para assegurar o mercado de trabalho, tão escasso para a categoria, além de trazer uma contribuição efetiva ao bom desenvolvimento escolar dos nossos jovens secundaristas.

E. Descreva sua experiência como parte do grupo que criou a Proposta.

S1. O trabalho começou no CRP através da Comissão de Educação, composta de conselheiros interessados na contribuição da Psicologia à Educação: o S2, o S4 e eu. A comissão foi ampliada posteriormente para nossos colegas que trabalhavam em escolas como professores de Psicologia.

O trabalho tomou bastante vulto por ocasião das portarias que abriam a possibilidade do psicólogo atuar como professor nas escolas de 2º grau. A conquista deste espaço foi também trabalho da comissão a nível estadual e posteriormente, quando passei a integrar o Conselho Federal de Psicologia, prossegui a nível federal, junto ao MEC, tentando assegurar e am-

pliar o campo de trabalho para todos os ramos da Psicologia no 2º grau.

O grupo a que me referi percebia a necessidade do psicólogo desenvolver este trabalho com competência. Em contato com profissionais que atuavam nas escolas e com a equipe de Psicologia da CENP, da Secretaria da Educação, fomos fazendo avaliações do panorama do ensino de Psicologia no 2º grau e verificando uma inadequação dos conteúdos desenvolvidos com relação aos problemas e necessidades dos adolescentes.

Os programas da disciplina eram na maioria das vezes extremamente formais, enfocando temas clássicos da Psicologia, sem relação com o jovem aluno de escolas públicas e seu mundo intelectual, afetivo e social. Percebíamos claramente a necessidade de um ensino de Psicologia voltado para a realidade, trazendo contribuições para sua compreensão e transformação.

Nesta ocasião, após o fracasso do ensino profissionalizante, as disciplinas humanísticas (Psicologia, Sociologia e Filosofia) estavam voltando, optativamente, ao currículo de 2º grau. Logo depois foram organizados, pela Secretaria da Educação, concursos públicos para preenchimento dos cargos de professores destas disciplinas.

O grupo sabia que os psicólogos, pela sua formação, que prioriza os trabalhos clínicos, não estavam preparados para um bom desempenho neste concursos. Daí surgiu a idéia de organizar um curso para discutir alguns temas que, nas várias reuniões que tivemos, surgiram como de interesse para os adolescentes, solicitados por eles durante as aulas, acrescidos de outros que julgam aprofundar e ampliar as experiências de vida dos alunos, ajudando-os na formação de uma consciência

crítica, a analisar, compreender e propor mudanças no seu mundo.

O S3, nesta ocasião, era coordenador da equipe de Psicologia da CENP e aderiu ao nosso grupo, bem como suas colaboradoras, trazendo valiosa colaboração em relação a avaliações e dados sistematizados na CENP. Lembro-me de um levantamento bibliográfico do que era utilizado nas escolas e da elaboração de uma bibliografia mais atualizada e ampliada para ser colocada à disposição dos professores. Foi feita também uma avaliação crítica dos livros comumente usados no ensino da disciplina, mostrando suas inadequações. Vale lembrar que uma significativa porcentagem de professores da disciplina era formada em Pedagogia, não sendo portanto especialistas da matéria. Levantados os temas, procuramos encontrar colegas que pudessem nos ajudar a desenvolver os temas e o fizemos de forma eficiente. Pelos nomes dos autores dos capítulos você poderá ver que fizemos uma cuidadosa seleção de bons especialistas.

O curso foi realizado no auditório da CENP e foi sucesso. Tivemos 400 inscrições. Veio gente do interior do Estado. Por isso resolvemos pedir autorização aos professores para publicar suas palestras, que tinham sido gravadas, e a obtivemos. Daí a publicação do livro decorreu em tempo recorde. Ajudamos nas correções das provas tipográficas, fizemos de tudo para facilitar a publicação. E o livro saiu e teve boa aceitação.

E. Qual o objetivo do trabalho?

S1. A sua proposta era exatamente contribuir para o bom desenvolvimento da disciplina Psicologia no 2º grau, socializando uma experiência que nos pareceu valiosa, que foi o curso citado,

onde os alunos puderam ouvir profissionais competentes, discutir suas dúvidas, ouvir propostas de atuação e até encontrar algumas soluções para problemas que provavelmente iriam enfrentar, pois a maioria era composta de futuros candidatos ao concurso da Secretaria da Educação. Publicados os temas, outros psicólogos teriam acesso à proposta e também haveria um material sistematizado para auxiliar os trabalhos que iriam iniciar.

E. Os temas tratados no livro por autores que, não necessariamente, participaram da elaboração da Proposta, refletem seu pensamento no momento em que V. S^a. integrava o grupo de trabalho?

Sl. Quanto a sua pergunta acho que o livro refletiu meu pensamento e não só o meu, mas o pensamento coletivo do grupo, após apreensão da realidade do ensino da disciplina e suas possibilidades potenciais. Alguns outros temas não foram desenvolvidos, mas alertamos os psicólogos que eles deveriam estar pesquisando os seus temas com seus alunos, de acordo com a realidade deles, dentro de uma pedagogia ativa, crítica, transformadora. Sob este aspecto a parte inicial do livro dá algumas informações.

E. Como V. S^a. vê a proposta como emancipadora? O que seria este ensino emancipador?

Sl. O termo emancipatório tem aqui o seu significado comum, tornar independente, responsável, autônomo, isto é, a Psicologia colaborando para a efetivação das propostas da educação libertadora: o diálogo, o respeito pelo conhecimento do aluno e

a responsabilidade do professor, para que juntos criem um novo saber, mais crítico, mais profundo, mais elaborado, vinculado ao mundo real e seus problemas.

E. V. 5ª. tem conhecimento de como está a Proposta hoje? Foi veiculada? Foi analisada? Foi divulgada?

Sí. Durante algum tempo ainda tivemos oportunidade de estar em contato com psicólogos que trabalhavam em escolas. O livro foi bastante divulgado entre eles e bastante utilizado tanto no seu conteúdo como nas sugestões metodológicas. Após mudanças políticas na Secretaria da Educação não tivemos mais acesso à equipe de Psicologia. Sabemos que a Diretoria da CENP estava pedindo um planejamento para a disciplina, mas não tive oportunidade de seguir seu andamento. Neste aspecto creio que o S4 poderá dar maiores informações.

O livro teve bastante divulgação. Uma ocasião eu fui convidada pelo CRP do Paraná para falar sobre a Proposta, num Congresso. Isto significa que ele foi para outros Estados.

Não tivemos oportunidade de fazer análise após algum tempo de implementação e nem de saber como está a proposta hoje. Há pouco tempo conversei com uma psicóloga que trabalha no 2º grau e ela me disse que muitos de seus colegas utilizaram a Proposta como base de seu trabalho. Ela pessoalmente utilizou-o como livro de classe e acho que estimulou muito os alunos, apesar de não ser um texto fácil para eles, a falar de problemas que lhes eram muito próximos. Isto desencadeava inúmeras discussões em classe e tornava as aulas extremamente dinâmicas. Este uso não tinha sido inventado por nós.

E. V. S^a. gostaria de complementar estes dados com outras informações e sugestões que julgue importantes?

Si. Creio que seria importante elaborar uma pesquisa que pudesse constatar o que é, no momento, o ensino de Psicologia no 2º grau, reunião de professores para discuti-la e propor formas de trabalho. Este trabalho coletivo necessita ser periodicamente refeito, pois poderá resultar em constantes melhorias do ensino e aperfeiçoamento do profissional.

E. Como V. S^a. vê a Proposta para o ensino de Psicologia no 2º grau, da qual é um dos autores?

S.1.A Proposta representou uma tentativa de alterar a disciplina Psicologia no 2º grau, aproximar a área de conhecimento, a Psicologia, com a formação do jovem, numa linha de possibilitar ao jovem o acesso a uma parte do conhecimento da área que fosse importante para ele enquanto cidadão e ser no mundo. A tentativa foi esta: no sentido de democratizar este conhecimento.

E. O que diferencia esta Proposta do que vinha sendo feito?

S.2.O que vinha sendo feito é o que a gente chamou de uma Proposta burocrática, ou seja, a Psicologia dada como uma série de pontos escolares, numa linha academicista em que provavelmente o professor dava, por exemplo, "inteligência" e, depois, cobrava numa prova, isto de uma forma realmente acadêmica. Partimos de uma concepção diferente: os conteúdos trabalhados na escola tinham que ser dirigidos para a formação do cidadão. Foi nesta trilha que pensamos a questão da Psicologia. A pergunta chave que nos propusemos foi a seguinte: o que a Psicologia tem, de conhecimento acumulado, que é importante para o jovem conhecer, para a formação da sua cidadania. Não é para formar o psicólogo nem para ter conhecimento acadêmico, somente para dizer que ele sabe.

E. Nem para o professor funcionar como terapeuta deste jovem?

S.2. Também não. Envolve sim, conteúdos. A Proposta é de cunho conceitualista, mas um conteúdo escolhido sob este ângulo: que conhecimento da área julgamos importante para a formação deste jovem: para ele poder se entender no mundo. Para ele poder, enfim se situar melhor. A Proposta foi uma primeira tentativa, um primeiro passo, nisto.

E. Esta Proposta surgiu durante o Governo Montoro, primeiro governo eleito no Estado de São Paulo, após o período de ditadura. Ela teria sido possível antes?

S.2. Na verdade o movimento vem de muito antes.

E. De fato, a sociedade civil se organizava antes...

S.2. É. O movimento da volta das Humanas no 2º grau começou a ser retomado em 1980, que eu me lembre.

E. Em que nível, professor?

S.2. A nível de entidades.

E. Sindicatos?

S.2. No nosso caso foi o Sindicato e o CRP. No caso dos sociólogos foi a ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo). Na época os Filósofos não tinham, ainda, uma associação, mas o contato era com um grupo lá da USP. Mas, basicamente, de início, em 80 quem mais tomou a frente foram as entidades dos Psicólogos e dos Sociólogos. Chegamos até a fazer reuniões. Eu me lembro que na época nós nos reunimos na ASESP. Chegamos a fazer seminários, discussões sobre o assunto, ten-

tando ampliar a participação com mais profissionais, pessoas que já davam aulas na rede, na área. Chegamos, eu me lembro, inclusive a um seminário em que o Demerval foi e chegou a discutir conosco esta questão.

E. ... dos conteúdos?

S.2 É, porque nós sempre vimos a volta das Humanas, não na perspectiva de ganhar espaço, mas de retomar uma linha de formação que o movimento de 64 tinha cortado. Com a reforma que eles fizeram, foram tiradas as chamadas disciplinas de formação mais humanística em favor só...

E. ... de um tecnicismo?

S.2. Sim, dos técnicos.

Era realmente uma luta contra uma política educacional que havia sido implantada. Agora, não era um retorno ao que era antes, óbvio, não é? A idéia não era fazer um retorno ao que era.

E. O grupo de trabalho que elaborou a Proposta. Em que circunstâncias ele se constituiu? Como vocês foram chamados a participar? Como é que se formou este grupo?

S.2. O problema foi assim: este grupo primeiro se articulou a nível de entidades. Você usou o termo sindical e eu tenho minhas dúvidas se a coisa passa por aí. Pois na verdade a questão em si não é uma questão sindical. O problema é que coincidiu que no Sindicato havia alguns profissionais que, também, estavam ligados na questão educacional. Porque Sindicato pela sua própria natureza é uma entidade que atua fundamen-

talmente nas questões de trabalho. É aí que ele atua. Tanto Sindicato patronal quanto os trabalhadores. É a entidade através da qual as categorias participam na discussão da relação capital trabalho. Isto é Sindicato, entendeu? Esta é a área do Sindicato por natureza, entendeu?

Acontece que, na época, o Sindicato foi assumido por um grupo de profissionais que, tal como nós, também estavam preocupados com isto. E este mesmo grupo, no ano seguinte, tomou o Conselho (CRP). Tanto que foi via Conselho que a gente atuou mais. Por exemplo, eu e SI, que participamos do grupo, éramos do 1º grupo do Sindicato e também fomos do Conselho um ano depois. Nós éramos as duas pessoas que ficaram nas duas entidades, para fazer a ponte entre elas. Mas o grupo básico era o mesmo, era o grupo chamado "oposição sindical" que se articulou em 79. Deste grupo saiu o pessoal que tomou o Sindicato e saiu em seguida o movimento que assumiu o Conselho. Acontece que neste grupo havia pessoas que estavam preocupadas com a questão...

E. Com a questão educacional? ou...

S2. Com a questão da Psicologia no 2º grau.

E. ... ou com o mercado de trabalho que se ampliava com esta perspectiva?

S2. Estava preocupado com a questão da política educacional.

E. Política educacional?

S2. Exato. E aí a parte que nos cabia diretamente era a questão da volta das Humanas para o 2º grau. É óbvio que aí também

estava implicada a questão de mercado, mas não foi por causa de mercado, de início. Sabíamos que teríamos consequências outras. Mas a questão fundamental era esta. Eu acho que por parte das entidades o movimento foi bem politizado desde o início. Havia clareza.

Eu de forma alguma considero este movimento, pelo menos ao nível das entidades como de intenção corporativista. Não era corporativista. Tanto é que em nenhum momento se assumiu a bandeira que Psicologia só pode ser ministrada por Psicólogos. Nós nunca assumimos isto como bandeira. Mas lutamos, sim, para que o psicólogo também possa. Sempre admitimos que há vários tipos de profissionais que têm formação para desenvolver esta disciplina no 2º grau. O que nos deixou bravos foi que, depois, a legislação, por um entendimento do CFE (Conselho Federal de Educação), vetou isto ao Psicólogo. Foi com isto que ficamos bravos. Nós nunca quisemos exclusividade da área, não era uma questão puramente de mercado. Não sei se isto ficou claro.

E. Sim. Está claro sim.

Professor, acho que o objetivo do trabalho está mais ou menos delineado nisto tudo que o senhor está dizendo. O Senhor teria condição de descrever a Proposta?

Dar o fio condutor na escolha e elaboração dos diversos temas abordados.

S2. O fio condutor foi a questão: o que a Psicologia tem de conhecimento acumulado para oferecer ao jovem na sua formação. A partir daí, eu me lembro, nós trabalhamos no sistema de "brain storm". Depois que chegamos a esta questão básica, nós

começamos a operacionalizar e começamos a discutir os temas, assuntos psicológicos, que poderíamos eleger como sendo importantes para os jovens discutirem. E assim surgiram aqueles dez temas, que vêm de um rol maior e fomos, consensualmente, em grupo, chegando a isto. Cada etapa da elaboração foi feita pelo grupo. Cada passo que nós dávamos, o grupo todo elaborava. Em alguns momentos deste processo nós fizemos reuniões com psicólogos já docentes, que tinham alguma relação com a área e que estavam preocupados com a questão em termos de estar discutindo como é que estávamos caminhando, fornecer "feed-back" para a gente, ampliar a discussão.

Até que chegamos àqueles dez temas e sabíamos, desde o início, que não estava fechado. Mas foram as dez primeiras questões que de início nos pareceram importantes para o jovem estar discutindo e que permitiriam uma análise da relação do jovem com o seu ambiente.

E. Este é o objetivo do trabalho, através deste temas...

B2. É, possibilitar aos jovens entender e viver melhor no mundo. Por exemplo, quando a gente pensou em "Motivação", não pensou em estudar teorias de motivação. Pensamos em caracterizar a questão, grosso modo, e já partir para a análise das motivações, daquilo que está ligado com a vida do jovem. Com relação a agressividade, afetividade, enfim, estes temas que estão lá. Sabíamos, também, que provavelmente não estaríamos esgotando os temas.

E. Certo. Há uma tendência ambientalista na Proposta?

S2. Não, não. Em termos de uma linha teórica, não. Tanto é que o grupo em termos teóricos, era bem eclético. Bastante eclético.

E. E isto se reflete na Proposta?

S2. Sim, reflete. É óbvio que eu até imagino que, dependendo da tendência do professor, se pode direcionar. Por exemplo, uma colega fez um livro que é uma Proposta, também na área, junto com um grupo da PUC. Você vê que a linha básica do livro é psicanalística, entendeu? Mas no nosso caso não havia uma linha básica. O fato de se assumir que a Proposta visa ajudar o jovem a entender melhor a sua relação com o mundo, a sua relação com o ambiente, ora, isto aí não é uma proposta de uma linha teórica única. Há vários teóricos que falam tudo isto.

E. Eu posso até inferir que seria exatamente o contrário: que vocês gostariam de apresentar, na Proposta, diversas opções, diversas linhas teóricas, diversos caminhos?

S2. Pode, não, deve. Isto foi assumido pelo grupo. Era esta a idéia.

E. Era esta a intenção, então? Diversas dimensões, diversos aspectos?

S2. Sim. No fundo, no fundo a questão era a seguinte: o livro não chegou a desenrolar a questão de um método de ensino. Se você pegar o livro o mesmo ficou só na questão de conteúdo de, enfim, como vou chamar aquele livro? Aquela livro é um apoio de conteúdo para o professor, na medida em que ele mapeia a área

mais ou menos e lhe dá sugestões bibliográficas, etc. Mas nós ficamos imaginando que um bom caminho para o professor trabalhar aquele assunto era ele poder situar teoricamente a questão em si, como é que as principais teorias estudam a questão, mas o terceiro momento era o mais importante: era ele discutir esta questão, mas dentro da vida dele. Por exemplo: a "agressividade", se você ler o livro, a idéia era cobrir, mais ou menos, como é que cada linha teórica trabalhou a questão, e possibilitar, assim, ao jovem, um instrumental para que ele pudesse entender melhor a questão, principalmente a questão social. Entendeu? Possibilitar um conhecimento para ele poder, principalmente, quebrar o preconceito.

E. Neste tema da agressividade, que foi desenvolvido pelo senhor, a gente percebe a tentativa deste mapeamento e tudo o mais. Isto ficou muito claro. Mas, outros autores, que desenvolvem outros temas, têm já uma posição teórica bem definida, não é? Mais delineada. Então, no seu caso, a gente percebe que a Proposta realmente talvez pretendesse um certo ecletismo. Mas a gente não percebe esta mesma conduta em todos os outros autores.

S2. Em todos eu até imagino.

E. Tanto que para efeito de estudo, eu vou estudar a Proposta e não o desenvolvimento dela por estes autores. Mesmo porque eles não participaram, à sua exceção, da elaboração da Proposta. E as tendências ali....

S2. Perfeito. Acho que você pegou bem a coisa. Como eu fui o único que participou do grupo que elaborou a Proposta, você viu que a coisa era esta.

E. Quer dizer que eu não estou equivocada nestas deduções.

S2. Não, está certa.

E. O livro surgiu como está relatado lá, depois daquele curso que foi dado para os psicólogos que pretendiam a carreira docente e, para o curso, vocês chamaram estes especialistas para desenvolverem os temas. O resultado foi tido como muito bom e daí surgiu o livro.

S2. O livro foi a compilação das palestras.

E. Das palestras?

S2. Sim. Só para reforçar isto que você falou, nós fizemos uma bibliografia básica e se você for ver, vai verificar que ela é muito variada em termos de linha teórica. Cada assunto tem uma bibliografia. No documento interno que chegou na CENP há uma sugestão bibliográfica, em cima dos dez temas. Você vai ver que está ampla a coisa, não está restrita a uma linha teórica única.

E. Tudo bem. Outra questão que eu queria colocar: os temas tratados no livro, pelos diversos autores, que não necessariamente participaram da elaboração da Proposta, refletem seu pensamento no momento em que você integrava o grupo de trabalho?

S2. Não. Você mesma falou. Houve a tentativa, mas cada um que foi lá acabou dando mais ênfase... Acho que é normal que isto aconteça. Por exemplo, o Firmino, com o qual eu pude conversar antes, fez o mapeamento. Com quem mais eu conversei? Nós dividimos tarefas e cada um de nós ficou de contatar pessoas, e imagino que a natureza destes contatos tenha sido diferente

e que esta questão pode não ter ficado clara para todo mundo.

E. Quer dizer que, não necessariamente, o desenvolvimento dos temas, pelos autores do livro, reflete o pensamento do grupo que elaborou a Proposta.

S2. Eu estou tentando lembrar os temas. Por exemplo, a questão do biológico. Nós pegamos duas visões, um biólogo e um etólogo, para poder garantir. Eu não estou mais me lembrando...

E. A própria definição de Psicologia. Quando vocês, na Proposta, definem ainda em termos comportamentais, mas incluindo eventos internos...

S2. Ah, sim.

E. ... Mas depois há uma definição, por um fenomenólogo, que já não aceita nem o termo comportamento. Aí, fica um pouco difícil, complicado, para a gente caminhar, pois parece não haver uma coincidência nem mesmo nesta definição inicial, quando vocês definem o objetivo do trabalho. Como é que você vê esta Proposta como emancipadora? Foi só um título para reforçar? Ou realmente havia...

S2. Não, a idéia emancipadora...

E. O que seria este ensino libertador, esta psicologia libertadora?

S2. Na minha cabeça a idéia libertadora está muito ligada com a questão da cidadania.

E. Quer dizer: emancipação e cidadania.

S2. É. Passa muito por aí. Tem muito a ver com a minha visão de escola, que eu acho que não é fazer cabeças em uma direção, mas é proporcionar um conhecimento, inclusive, instrumental, teórico e instrumental, para o indivíduo se formar enquanto cidadão. Na visão mais ampla possível do termo, envolve a formação crítica. Enfim, os aspectos de cidadão como trabalhador, pai de família, etc. Até hoje defendemos a idéia de que a Psicologia, como a maioria das áreas do conhecimento, tem um conhecimento acumulado que pode contribuir para isto. Do mesmo modo que a matemática tem, a biologia tem, a física tem.

E. Quer dizer que a apropriação deste conteúdo pode ser um instrumental para esta emancipação?

S2. É. Deixa clarear um pouco mais isto. Em que medida nós estamos rompendo com o modelo tradicional? Nós estamos rompendo ou tentando romper, e aí eu me aproximo deste grupo mais novo, o conteudista, pelo seguinte: a nossa escola desde o 1º grau, da 5ª. série em diante, se você fizer uma análise deste conteúdo, você vai verificar que tudo indica que estes conteúdos foram selecionados, em vários momentos, dirigindo o jovem para a Universidade. Como se o ensino superior fosse tal que o 1º grau fosse desembocar na Universidade.

Na verdade você tem uma questão muito séria aí, porque a grande massa não vai para a Universidade. Eu até questiono, hoje se questiona, se o caminho natural é a Universidade. Eu acho que não é. E você tem ainda a questão do 2º grau, que foi uma etapa muito confusa, porque a 5692 tentou tirar o seu

caráter de Universalidade para impor a formação profissional, não conseguiu e virou uma bagunça. Hoje nós não sabemos direito o que é este 2º grau, ainda. Até hoje nós estamos discutindo. Perdeu-se o que tínhamos, que bem ou mal tínhamos, e se desmantelou tudo. Havia uma parte do 2º grau que era profissionalizante. Em Campinas tinha o famoso Bento Quirino que formava bons técnicos, e aí foi tudo desmantelado.

E. E deixou de ser, também, aquela excelente escola propedêutica que já foi.

S2. É. Exato. Na recondução disto tudo aí, nós cerramos forças com esta nova tendência de reconstruir uma escola para a vida. Os conteúdos que o 2º grau deve trabalhar não são para formar o "expert", então a matemática que temos para ensinar não é para formar o matemático. O matemático vai se formar na Universidade. O conteúdo de Psicologia que temos para ensinar não é para formar o psicólogo. Tanto a Matemática quanto a Psicologia têm conhecimentos para o cidadão viver de uma forma crítica, etc. Esta é a intenção.

E. Você tem conhecimento de como está a proposta hoje? Como foi veiculada? Foi divulgada? Foi implantada?

S2. Não, não tenho. Este processo deveria ter sido avaliado. Fazia parte de um plano. O plano inicial envolvia um intenso processo de acompanhamento da Proposta na rede. Isto não foi conseguido, simplesmente, porque a CENP mudou e, para nós, era muito difícil fazer isto sem a CENP. Na verdade eu acho que isto não é função específica do CRP e muito menos do Sindicato, mas nós tínhamos interesse nisto. Principalmente o CRP, por ser uma área, socialmente, de relevância de traba-

lho. Mas nós não conseguimos porque as coisas, politicamente, mudaram. A chefia da CENP mudou, mudou toda a orientação. Agora também estão retomando, acho bom.

E. Mudou exatamente quando, professor?

S2. Quando mudou a Chefia da CENP.

E. E o João Palma era o coordenador?

S2. Era S3 pode esclarecer isto melhor, ela estava lá.

E. Certo.

S2. Mas quando mudou, mudaram as equipes, e o que é mais importante, eles interoperaram a linha.

E. No caso, inclusive, dos psicólogos, hoje eles não estão mais na Secretaria da Educação, foram para à Secretaria de Saúde?

S2. Sim. E com isto, quebrou tudo. Com o novo coordenador, nós tentemos ainda contato, porque era gente conhecida. Mas o fato é que a CENP não deu suporte para isto. Parece que há ainda outra questão. Talvez você possa avaliar isto melhor não com o pessoal que está lá, mas com o antigo. A área de Humanas se organizou muito rapidamente e caminhou na frente das demais áreas, então, me parece que houve uma tentativa de segurar um pouco as coisas, para que as outras áreas pudessem se organizar. São coisas que, de fora, me foram relatadas. Na época em que nós estávamos trabalhando era realmente o grupo que estava mais articulado. Nós trabalhávamos inter e entre grupos, tanto em Psicologia, quanto em Filosofia e Sociologia. Tínhamos grupo de trabalho e tínhamos ligações entre grupos.

E. Na elaboração da Proposta, também, ou já ficou uma coisa mais separada?

S2. Aí ficou separado. Mas nós chegamos a ter muito contato fora. Enquanto que nas demais áreas da CENP isto está longe de ocorrer. As Humanas avançaram e isto causou estremecimento interno.

E. Nas instâncias burocráticas?

S2. É. Tipo assim, receio deles perderem o controle, estas coisas. Acho que passou muito por aí.

E. Professor, tem mais algum dado que o senhor gostaria de acrescentar?

S2. Acho que ainda com relação a esta questão da avaliação, eu sei que posteriormente foi feita uma tentativa de avaliação. Nosso trabalho era uma campanha que tinha a intenção de ir o mais longe possível. Era nossa idéia fazer primeiro, um trabalho de divulgação. O livro foi um primeiro passo. Tudo isto foi quebrado. Como aconteceu com as outras áreas. Mais tarde o Palma fez um mesmo trabalho interno, não idêntico. Mas ele chamou as diversas áreas, pessoal de Universidade e surgiram propostas novas em biologia...

E. História...

S2. É.

E. Algumas destas propostas foram muito polêmicas.

S2. Pois é. Aconteceu que, de novo, mudaram as pessoas e esse trabalho todo foi interrompido. Então o que estava para ser

feito como uma campanha, junto à rede, isto envolve uma campanha...

E. Professor, me ocorreu agora: isto tudo poderia ser entendido como uma tentativa das bases, no caso, o magistério esclarecido, sindicato, e tudo o mais, de interferir nas decisões da política educacional e a burocracia estatal não aceitar muito este tipo de interferência?

P2. É. Eu acho que é possível esta leitura sim. Na realidade o poder instituído nunca gostou de poder concorrente.

E. De partilhar decisões?

S2. Sim. Mesmo quando este poder é assumido por um grupo que se diz governo democrático. O que mostra que a questão do poder é muito mais profunda.

E. A instância burocrática, que ainda vem do período da ditadura, está inalterada, apesar do governo ser democrático.

S2. Alguém já disse: Quer conhecer bem as pessoas, coloque-as no poder. Aí você vai ver como elas são de fato. Isto vale tanto para as pessoas individualmente como para grupos políticos.

E. Professor, o tema "Comunicação", porque entrou na Proposta?

S2. Bom, isto porque a Comunicação é um fenômeno de massa recente, principalmente pela questão da televisão.

E. Quer dizer que se pretendia, neste contexto, abordar a questão da tecnologia?

S2. Sim. Eu acho que a articulista abordou muito bem isto. Era aquilo mesmo que nós queríamos. Você pode analisar a questão psicológica, de como ficam os indivíduos nesta massificação cultural.

E. A Psicologia, como já coloquei, foi definida em termos comportamentais...

S2. Eu discordo de você.

E. É isto que eu queria saber. Há algum consenso a respeito disto?

S2. Eu discordo. Porque você mesmo sacou a coisa. Nós não estávamos trabalhando com uma noção de comportamento fechada.

E. Não, não é fechada.

S2. Nós não estávamos trabalhando a noção de comportamento só expresso.

E. Realmente, inclui eventos internos. Mas, ainda, é uma definição comportamental, embora não no sentido mais tradicional.

S2. Mas eu vou além. Nós vamos ter que entrar na discussão em si. Há um ponto comum entre os Psicólogos cognitivistas e os comportamentalistas. Ninguém nega que há uma relação muito forte entre o comportamento interno e externo, ao mesmo tempo. Piaget não nega isto, nem Skinner.

E. Seria uma linha interacionista?

S2. Sim. Pegando o que há de comum, entendeu?

- E. Procurando as convergências entre as várias tendências?
- S2. Exatamente isto. Se foi feliz, ou não, são outros quinhentos. Mas era isto.
- E. E a dicotomia introspecção X comportamento observável, como foi que vocês trataram isto? Ou não viam isto como uma dicotomia?
- S2. Como comportamento encoberto.
- E. A introspecção como comportamento encoberto?
- S2. Sim. Isto também depende da relação com o mundo.
- E. Certo. Não aceitam um certo determinismo no comportamento introspectivo. Haveria, então, uma predominância da tese ambientalista?
- S2. Nós não trabalhamos com as categorias de uma teoria específica.
- E. Mas haveria uma predominância da teoria ambientalista em relação ao hereditarismo?
- S2. Não. A intenção foi trazer à luz o que há de conhecimento científico na área. Se você pegar a fala do Cesar Ades e do Frota-Pessoa, o que nós pedimos para eles foi: o que existe entre aprendido e genético?
- E. Isto, no campo biológico?
- S2. É. Mas veja, o Cesar Ades, por que nós o chamamos? Por que ele é mais Psicólogo, ele é Etólogo. E Frota Pessoa é Biólogo mesmo. Acho que os dois cumpriram muito bem o papel deles quando demonstraram que, hoje, o conhecimento acumulado não

nos permite dizer que um comportamento é só aprendido ou só geneticamente determinado. Isto, para mim, foi a questão mais importante que eles abordaram. E isto é coisa recente.

E. Foi esta a tendência de todo o trabalho, então?

S2. Foi. Teoricamente foi. A intenção foi esta. Reconheço, com você, que em alguns momentos nós não fomos felizes. Por exemplo, eu acho que nós não fomos felizes no capítulo 4. Não que eu seja contra a posição do Professor Joel. Mas o que nós fizemos com o comportamento herdado, nós deveríamos ter feito, também, neste capítulo e mostrar, pelo menos, duas ou três correntes, dando como elas veem a questão da Psicologia. Entendeu?

E. Certo. Então, ali ficou uma questão meio fechada, não é?

S2. É. Eu acho excelente a parte que o Professor Joel fez, pelo que ele representa em termos de convicção fenomenológica, mas faltou uma outra visão, outras visões.

E. Certo. Então, ficou parecendo que aquela era a visão privilegiada pelo grupo e, como o senhor esclarece, não era.

S2. O livro da colega que citei abre melhor o leque. Começa dizendo: olhe não há consenso quanto ao objeto.

E. Professor, e a escolha do tema "Trabalho e Profissão" indica a possibilidade do professor de Psicologia assumir, ainda, a função de aconselhamento, de orientador vocacional? Por que foi escolhido este tema?

S2. Não, não. O fundamental é porque, geralmente, na juventude a questão da escolha profissional fica com uma força muito grande.

E. Sem dúvida.

S2. A razão básica foi esta. Mas o que nós estávamos preocupados era em quebrar mitos. Quebrar o mito da vocação. Quebrar o mito de que há uma tendência inata. O mito da livre opção. Levar o jovem a compreender que a inserção no mercado de trabalho está muito mais ligada a outros fatores que às questões psicológicas, às vezes.

E. A origem social, por exemplo.

S2. Sim. Tanto é que quem falou não foi um Psicólogo, é uma pessoa da Fundação Carlos Chagas, que tem uma visão crítica muito boa, na área, e é um Pedagogo.

E. Com a inclusão deste tema fiquei preocupada em voltar aquela tendência do Professor de Psicologia, se pensar como um Psicólogo e não como um Professor de Psicologia.

S2. Exato. Acho que a disciplina Psicologia corre este risco, de virar grupo terapêutico, ou então, virar consultório sentimental.

E. Temos que admitir que, muitas vezes, esta é uma expectativa dos alunos, da administração e, me parece, às vezes até do próprio Professor, pela sua própria formação.

S2. É, até de muitos professores.

Entrevista 3

E. Como você vê a Proposta para o Ensino de Psicologia no 2º grau, da qual é um dos autores?

S3. Esta Proposta nasceu de uma pesquisa que foi elaborada pela equipe de Psicologia da CENP, da Secretaria da Educação. Nós tentamos levantar quais os temas que os professores de Psicologia, que estavam lecionando na rede, davam aos seus alunos. Mediante o levantamento de alguns dados, nós pudemos verificar que os professores se prendiam muito a dar escolas psicológicas, linhas de teorias de desenvolvimento e aprendizagem, e fomos questionando isto, não somente com o pessoal da nossa equipe como também com o pessoal que trabalhava em universidades, em escolas públicas e com a Comissão de Ensino do Conselho Regional de Psicologia.

Fomos discutindo até que ponto isto tudo seria válido. A pergunta que se colocava era: o que o aluno ia levar para a sua vida, se ele conhecesse as escolas psicológicas e as várias teorias de desenvolvimento e de aprendizagem. Ou seja, o que a Psicologia iria trazer de bem para ele. Então chegamos à conclusão de que a Psicologia, tal como era dada, ia ser muito maçante, chata, muito nome, e esta Psicologia não iria fornecer subsídios para este indivíduo lidar no seu dia a dia.

E. Quer dizer: era Uma Psicologia alienada da realidade?

S3. Sim, alienada da realidade. Notamos também, através de questionários junto a alunos de 2º grau que tinham aula de Psicologia, que eles achavam Psicologia uma matéria muito maçante,

muito chata e, às vezes, até desnecessária. Resolvemos, então, partir para uma proposta totalmente fora das tradicionais, pensando nos seguintes termos: Quem é este nosso adolescente? O que ele precisa da Psicologia? Como a Psicologia pode ajudá-lo a se desenvolver, a se relacionar melhor, a se posicionar melhor no seu trabalho, no seu meio social? Enfim, a Psicologia, tem que dar este tipo de coisa, ou seja, auxiliar o indivíduo na sua vida. Foi aí que surgiu o tema central: o Homem. O Homem, aonde? Sózinho?

Durante muito tempo pensou-se que a Psicologia estudava a alma e, depois, o indivíduo isolado. Mas hoje sabemos que isto caiu por terra. É o homem que vive no mundo, com todo seu interrelacionamento social, com todos os seus problemas. Então o nosso tema central, o tema básico do projeto passou a ser o Homem e as suas relações com o meio, isto é, o que ele precisa para agir neste meio e como o meio em que ele vive interfere também no seu comportamento.

E. Gostaria que você falasse de sua experiência no grupo, como parte do grupo que criou esta Proposta. Como é que este grupo se constituiu? Como é que você foi chamado a participar dele? Qual foi seu nível de participação no grupo? Enfim, fale sobre sua experiência no grupo.

S3. Foi uma experiência bem diferente. Fui chamada para participar da equipe de Psicologia da CENP, quando da implantação das disciplinas humanas, no currículo do 2º grau, em 1980, tendo em vista a abertura possibilitada pela Lei Federal nº 7044/82. Então, em 1984, em vista desta implantação, eu fui chamada para participar deste Grupo. Resolvi aceitar, pois

era uma coisa que sempre julguei importante: a Psicologia no 2 grau. Pensei: "É agora! Quem sabe se, depois, se consegue o psicólogo nas escolas". Então, fui. Quando cheguei já havia um grupo de psicólogos na CENP, Secretaria da Educação. Em 84 já havia 3 psicólogos na equipe. Eu fui a 4ª. Mas aconteceu o seguinte: estas três psicólogas eram novas na rede e tinham se formado em Psicologia recentemente e já estavam delineando algumas coisas.

A pesquisa junto à rede, para coleta de dados, já estava delineada com a finalidade de subsidiar a elaboração de uma proposta. Já havia sido aplicado o questionário, mas os dados ainda não haviam sido tabulados e analisados, pois ninguém sabia como e nem o que fazer. Foi válido, tenho alguma experiência em pesquisa, e conseguimos fazer este tipo de pesquisa, dando prosseguimento ao trabalho, obtendo valiosos dados que subsidiaram sobremaneira a proposta.

E. Nesta pesquisa, vocês levantaram o que estava sendo trabalhado na rede?

S3. Levantamos outros dados também, mas este foi o ponto fundamental. Eu tenho alguns dados desta pesquisa e pretendo até verificar a possibilidade de publicar já que a Secretaria da Educação não publicou, devido, talvez, à falta de verba para publicação.

Esta pesquisa já foi até mostrada em alguns congressos, inclusive em um Congresso Regional de Psicologia, em Ribeirão Preto, por uma representante da CENP que participou. É uma pesquisa bem interessante, pois muitas variáveis importantes para o ensino de Psicologia foram levantadas. Trata-se até de um registro histórico de ensino de Psicologia no Estado de

São Paulo, ou mesmo, no Brasil.

E. Resumidamente, o que lhe chamou mais a atenção nesta pesquisa?

S3. O que nos chamou mais a atenção foram os conteúdos desenvolvidos pelos docentes em sala de aula e o livro didático utilizado. A maioria dos professores eram pedagogos, isto também chamou muito a atenção, ou então filósofos, sociólogos e, na minoria eram psicólogos, licenciados em Psicologia. Porque o Psicólogo para lecionar, tem que ser licenciado em Psicologia, que é o certo. Eu passei a analisar esta pesquisa, fiz tabelas e tudo o mais, entendeu?

O que me chamou mais a atenção foi: Que ótimo! Temos alguns licenciados em Psicologia, então vamos ver se o licenciado em Psicologia está trabalhando direito, isto é, se o professor estava tendo uma relação dinâmica com os alunos. Mas para nossa surpresa, ele também não estava trabalhando direito. Quer dizer, em termos do levantamento feito a partir da pesquisa, esse professor adotava, por exemplo, o mesmo livro didático que o outro e trabalhavam com os mesmos conteúdos.

E. Qual seria o pressuposto deste trabalhar direito?

S3. Trabalhar direito seria dar algumas condições para que o adolescente lidasse com a vida dele. Que ele soubesse, pelo menos, ver o tipo de comportamento que ele tem e o tipo de comportamento do outro. Que o comportamento dele influencia o comportamento do outro. Que nós somos interligados. A partir do momento que eu tenho um determinado tipo de comportamento eu vou influenciar no seu comportamento para comigo. Então, é

algo assim, interrelacionado e a Psicologia tem muito a dar, a contribuir com isto, para o adolescente. Pois o adolescente geralmente é aquele cara que se sente infeliz, ninguém gosta dele.

Mas, o que ele está fazendo? O que ele faz? Ele precisa pensar também qual o tipo de comportamento que ele está tendo. Ele gosta de ficar no quarto sózinho, ouvindo música. Então, ele pode estar se isolando, então ninguém também vai chegar lá e tirar o cantinho dele. Então não são as outras pessoas que não "gostam" dele. é uma fase que ele está passando. E ele pode ser levado a perceber que o seu comportamento, em virtude da fase pela qual está passando, não está, talvez, possibilitando um relacionamento satisfatório com as pessoas, especialmente com as mais velhas. A psicologia pode dar alguma contribuição para que ele compreenda as modificações que estão ocorrendo em sua maneira de ser, agir e pensar.

Problema de drogas, problema de sexo, a gente acha que a Psicologia tem que lidar com isto. Eu pessoalmente acho que a psicologia tem condições de lidar com isto melhor que qualquer outra área.

Veja bem: drogas. Se você colocar sómente na mão de um médico, ele vai enfatizar a parte médica e não vai enfatizar, na maioria das vezes, o porque desta droga, a fuga da realidade que esta droga significa. Enfim, ele não vai trabalhar com outros aspectos psicológicos que envolvem o uso das drogas e que o psicólogo, o licenciado em psicologia no caso, que vai lecionar, teria condições de trabalhar. O sexo também. Você poderia colocar uma bióloga, um médico, um neurologista, um fisiologista, sei lá, para falar sobre sexo. Mas não é o sexo

em si. É o como e o porque. Ou seja: O que está acontecendo atualmente com a liberdade sexual, ou seja, o que o adolescente está "vivendo" no dia a dia com relação ao sexo.

E. Estes temas vivos, que fazem parte, em certa medida, da vivência diária dos adolescentes, estavam excluídos dos programas anteriores de ensino de Psicologia?

S3. Estavam excluídos. Por exemplo: "namoro". Este tema a pessoa precisa ter certa formação e muita informação para poder lidar com os adolescentes, pois o namoro de hoje não é o mesmo de dez anos atrás. Nós achamos, depois de algum tempo de discussão, que, por exemplo, você pode ver que, no nosso livro, não há um tema assim: "sexo". Não tem um tema "droga". Por que não tem?

Não tem porque nós achamos que a partir do momento em que você coloca um tema sobre isto, você também está direcionando, talvez erroneamente, o enfoque destes temas.

Estes temas têm que ser, assim, contidos em outros. O professor que perceber, a partir de um momento em que se coloca numa proposta, o que é o adolescente, e se dá meios para lidar com os assuntos que mais dizem respeito ao adolescente, este professor será capaz de perceber a necessidade de aprofundar ou acrescentar os assuntos que os alunos estão querendo tratar em sala de aula. Desde namoro, sexo, drogas, inseridos em todo um contexto geral de sociedade. Não separadamente.

Eu participei nesta época em uma das escolas da DRECAP 3, de uma discussão junto a adolescentes sobre o sexo e foi muito interessante. A diretora da escola organizou um debate, pois

os demais estavam querendo discutir sobre sexo, e eu fui convidada para participar. O anfiteatro lotou, devido ao interesse dos jovens pelo tema. Fomos eu e outra psicóloga indicada pelo CRP, a diretora da escola e outros professores. Formamos uma mesa para conversar informalmente com os jovens. Eles faziam as questões. Mas foi interessante pois que os próprios adolescentes não sabem nem o que eles querem saber. Na realidade eles têm dúvida sobre tudo.

O que acontece é que foi dada uma liberdade sexual muito grande com a qual eles não estão sabendo lidar. Voltando à proposta, nós partimos, então, para montar este tipo de proposta. E montamos na CENP, junto com o CRP.

E. Quando o CRP se juntou à CENP, já havia um delienamento da proposta pelo CRP?

S3. Não, Foi assim: a CENP procurou o CRP com a finalidade de realizar um trabalho conjunto porque na época tínhamos alguns problemas de aspecto legal, relacionado com assunto da Psicologia na Secretaria da Educação.

E. Tipo: quem pode lecionar o quê?

S3. Isto. Naquela época havia dúvidas sobre a Portaria do MEC, aquela Portaria que regulamenta quem é formado, em que vai lecionar o que. Esta Portaria regulamenta que quem é licenciado em Psicologia pode lecionar Psicologia no 2º grau. Quem é licenciado em Pedagogia pode lecionar várias matérias, entre as quais Psicologia da Educação. Esta parte da legislação foi eu que pesquisei. Fiquei três meses afundada em legislação. Na época discutia-se, dentro da própria Secretaria da Educação que poderia ser colocado sem problemas no 2º grau a

Filosofia e a Sociologia, mas quanto à Psicologia poderia haver problemas, pois se o concurso fosse apenas para licenciados em Psicologia os pedagogos poderiam, talvez, achar que teriam eles também, o direito de concorrer ao concurso.

Aí eu me aprofundei na legislação e consegui achar muitas interpretações. Só que eu como membro da CENP na Secretaria da Educação não tinha meios de agilizar um esclarecimento mais apurado a respeito do assunto. Por intermédio da comissão de ensino do CRP, a S¹ era membro do Conselho Federal de Psicologia, estava sempre em Brasília e pode com isto atuar, através dos subsídios teóricos e legais que eu via e fornecia em reuniões, como por exemplo: o licenciado em Psicologia tem a preferência para lecionar Psicologia, pois é devidamente habilitado para o concurso, assim como acontece com as demais disciplinas e, por outro lado, a partir do momento em que você tem um registro que lhe permite lecionar Psicologia no 2º grau, você pode também lecionar qualquer ramo da Psicologia no 2º grau. A interpretação dada até então era limitada, por exemplo, a Psicologia que é dada no magistério não poderia ser dada por quem é licenciada em Psicologia. Um absurdo que até hoje ocorre em algumas Delegacias de Ensino. E por outro lado não era dada nenhuma preferência ao licenciado em Psicologia para lecionar Psicologia no 2º grau.

E. é somente pelo pedagogo, não é?

S3. Mas é, não legalmente, pelo ao menos como eu entendia após o estudo feito sobre toda a legislação a respeito. Pois nós atuamos para esclarecer este ponto através do CRP e antes até desta proposta. Enquanto a proposta estava se delineando, os aspectos legais, também. Pois não havia meios de ser elabora-

da uma proposta e, depois, não ter os aspectos legais devidamente esclarecidos para implantação, da mesma.

Então fizemos um parecer que levou em mãos para o Conselho Federal de Psicologia e até solicitou ao MEC um esclarecimento, aí nos mandaram uma resposta. O MEC enviou um parecer fornecendo a interpretação da Portaria MEC. Ratificou a interpretação que nós achávamos correta. A Portaria MEC Nº 35, estabeleceu que a Psicologia no 2º grau deve ser entendida como o ensino da Psicologia em todos os seus ramos. Sendo assim nada impede que os licenciados em Psicologia possam lecionar, por exemplo, Psicologia da Aprendizagem, enfim, outras denominações dadas a Psicologia do 2º grau em geral. E foi assim que em reuniões com o Secretário da Educação, Dr. Paulo Renato, e com o Diretor do DRHU, Professor Carlos Romano, conseguimos a abertura do concurso para licenciados em Psicologia, o que viabilizava a implantação da Psicologia no 2º grau e, o mais importante, ministrada por licenciados em Psicologia.

E. Voltando à Proposta. O objetivo do trabalho.

S3. Foi exatamente isto. O objetivo da proposta em si?

E. Sim. O objetivo do trabalho, da proposta.

S3. Era assim: o ensino de 2º grau de uma maneira geral determinado pela 5692 era muito tecnicista, visando muito a parte profissionalizante. Embora a Lei 7044/82 tirasse a obrigatoriedade, do profissionalizante no 2º, permaneceram as mesmas disciplinas, e o adolescente continuou sem uma parte humanística no seu currículo. Então o objetivo da introdução da Fi-

losofia, não menosprezando Sociologia e Psicologia, foi um trabalho integrado das três disciplinas, foi uma batalha pela introdução das disciplinas humanas no currículo, visando mesmo um equilíbrio entre as Ciências Exatas e as Ciências Humanas no 2 grau.

E. Vocês pretendiam resgatar o que, com isto?

S3. Resgatar a parte humana mesmo, de valores temporais humanos, o pensar, o raciocinar. Pois o raciocinar para um adolescente era só raciocinar sobre um teorema, por exemplo. Era raciocinar sobre um problema de Física, sobre um problema de Química. Ele não sabia como pensar sobre o fato. Os acontecimentos do dia a dia, os fatos sociais, políticos. O pensamento crítico. Nossos jovens, de certa forma, perderam ... Não que perderam, melhor dizendo, nós é que não estamos dando a eles, a escola não está mais fornecendo subsídios para que eles tenham uma participação ativa, crítica e responsável na sociedade.

E - Qual foi o fio condutor na escolha e elaboração dos diversos temas tratados na proposta?

S3 - O fio condutor? Deixe-me lembrar agora.

E. Você, mais ou menos, lembra-se dos temas? Qual foi o fio condutor?

S3. Deixe-me lembrar um pouquinho. Sabe, nem reli, antes de você vir.

E. Veja: "Alienação", "Neutralidade Científica", "Comunicação".

S3. Olhe, houve muita discussão sobre estes temas. Alguns eu até, pessoalmente, não concordava. Havia outros, no grupo, que não concordavam pessoalmente com os outros, entendeu? Mas no final de contas, eu me lembro, houve, veja bem, o grupo venceu. Nosso grupo foi muito coeso. Exemplo: Comportamento herdado e comportamento aprendido. Se você ouvisse a palestra dos professores César Aedes e Frota Pessoa.

E. É, eu li.

S3. Mas se você visse, você ia amar, entendeu? Porque... mas, eu já estou indo para a frente. Mas eu volto.

Como eu estava lhe falando estes temas aqui foram sendo pensados a partir de coleta de dados junto à rede e junto a professores universitários.

Na verdade o (S₂), eu acho, teve uma grande influência nos temas, na escolha dos temas da Proposta e aí, nós fomos discutindo, tirando uns, colocando outros. Enfim, houve uma discussão de grupo mesmo. Todo mundo dando palpite. No fim, ficaram estes temas que o grupo, como um todo, achou bom, embora alguns elementos do grupo não concordassem com um ou outro tema. No final, a proposta acabou sendo de todos e todos aceitando. Foi o grupo que venceu.

Houve toda uma elaboração. Sabe, não sei se bem elaborada, não posso dizer. Mas elaborada com cuidado pois após discussões era um tal de "risca", "tira", "põe", "não é assim", "o que é que nós vamos falar com isto", "o que isto serve para o adolescente". E isto tudo conversando com professores que estavam atuando na rede, com professores das Universidade,

com encontros com especialistas, todos trocando idéias a respeito. Por exemplo, o tema "Trabalho e Profissão", que foi colocado como último tema, foi muito discutido sobre a validade de tratá-lo em aulas de Psicologia bem como o enfoque que deveria ser dado. Inclusive a professora Sílvia da USP, colocou algumas objeções ao texto do livro, tal como ele se encontra. O livro, na realidade, apresenta apenas, sugestões.

E. Visando ao aluno ou ao Professor?

S3. Aí é que está. Estas sugestões são para o professor mas visando o aluno, pois pretende dizer: "Olha! Acorda!". O seu aluno está querendo algo assim.

Se você fizer um paralelo com aquilo que eu falei, o professor estava dando escolas psicológicas! Estruturalismo, funcionalismo, gestalt, você percebeu? É diferente do que ele chegar na classe e dizer: Olha você tem cabelo loiro. Nossa, você é moreno! Porque será, heim? Seus olhos são verdes, o dele são azuis, os do outros são preto, por que será? Sabe por que? Ah, é hereditário? E porque é hereditário? Ah, o pai dele é assim! Nisto, o professor de Biologia já deve ter dado hereditariedade a ele, com certeza; irá trabalhar depois com comportamentos adquiridos por influência da própria família, da sociedade, não é? É um tema que o adolescente está vivendo.

Nós não fizemos um trabalho, assim, científico, por natureza. Nós fizemos um trabalho de aplicação imediata para ser experimentado em sala de aula e, posteriormente, modificado. Algo que nós achávamos que deveria ser iniciado, queríamos jogar alguma coisa na rede escolar para que viessem críticas

e que tudo isto, suscitasse mesmo discussões. Até para que se pudesse fazer alguma coisa em cima, lógico! O objetivo era jogar uma semente.

E. Estes temas, que no livro foram tratados por autores, que a exceção de S₂, não tiveram participação na elaboração da proposta, refletem, mesmo assim, o seu pensamento na época da elaboração da Proposta?

S3. Sim. Porque, veja bem, estes profissionais foram convidados mediante aquilo que já havia sido escrito. Quisemos ampliar os profissionais envolvidos para o próprio enriquecimento da proposta. Daí, partimos para especialistas em cada um dos temas para que pudessem discuti-los com os docentes que já atuavam na rede e os que pretendiam atuar. Com isto acho que houve um enriquecimento da própria proposta, sem perder a linha norteadora inicial.

E. E que linha era essa?

S3. Numa abordagem mais próxima do adolescente. Fornecer ao adolescente conceitos de psicologia que poderiam ajudá-lo em sua vida. Era essa a nossa preocupação. O adolescente não vai ser nenhum profissional de área de psicologia, nem de nenhuma outra disciplina, mas as disciplinas devem pelo menos ajudá-lo no seu desenvolvimento.

Em sua maior parte o profissional ligado a Universidade, que é um pesquisador, um estudioso e que conhece muito bem determinado assunto, se prende, às vezes, tanto a sua especialização, ao conhecimento teórico e formal, que não consegue traduzir este conhecimento em coisa prática, do dia a dia, no

caso em uma linguagem acessível ao adolescente.

E. É o problema da excessiva especialização?

S3. Isto. Então ele fica assim, alienado de todo do processo.

E. O saber fica muito fragmentado...

S3. É isto! É nesse sentido. Assim convidamos alguns profissionais, visando a clientela que iria ser atingida pela Proposta.

E. Com uma visão mais totalizante?

S3. Sim, é isto. Veja o Frota Pessoa, quem melhor do que ele para falar sobre comportamento hereditário? Embora ele não seja da área de Psicologia é um profissional voltado para a pesquisa e o ensino, inclusive o 2º grau. O César Aedes, que é um psicólogo da linha comportamental propriamente dita e também tem grandes preocupações com o ensino de 2º grau. Então, nós achamos que a visão destes dois profissionais em uma mesma palestra seria muito bom, suscitaria muita discussão. E foi muito bom, pois no final da palestra ficou claro que ambos admitiam que a hereditariedade e o meio são fatores importantes para a determinação do comportamento humano.

A R. falou sobre Comunicação. Ela tem uma postura de trabalho com adolescente, ela usa a terminologia deles. Tanto é que este livro aqui, conforme informações que temos, é lido por jovens mesmo, apesar de ter sido elaborado para nortear o trabalho do professor. Porque os conhecimentos teóricos inseridos nos textos se encontram em uma terminologia adequada e acessível ao jovem e o jovem lê.

E. Como você vê a Proposta como emancipadora? O que seria este ensino libertador, esta Psicologia libertadora?

S3. Por tudo isto que lhe falei.

E. Este termo "emancipadora" foi só colocado como um simples reforço, ou isto tem um sentido maior para você?

S3. Olha, existem muitos livros de Psicologia para o 2º grau. Nós não queríamos que o nosso fosse, apenas, mais um livro de Psicologia para o 2º grau. Também não queríamos colocar outro nome, pois queríamos que fosse um livro de Psicologia para o 2º grau. Então, era uma Proposta. E todos achamos que era isto mesmo.

Emancipadora, pois íamos colocar a psicologia no 2º grau com uma proposta nova, diferente, que foi muito criticada logo no início e, até hoje, porque ela não é estanque, ela não é um livro didático, ela tenta tanto modificar a postura do professor assim como questionar o uso do livro didático, utilizado pelo professor e pelo jovem. Ela não é um livro didático. Ela é uma Proposta, que o professor pode ler, o aluno também pode ler. Pode discutir. O professor pode avançar a partir destes temas. Nós nem queremos que a proposta dele, professor, seja restrita ou atrelada somente a estes temas.

A proposta é o seguinte: olha, está aqui uma Proposta, vamos discutir isto, pode modificar, adequar, ampliar, resumir, enfim, cada professor deve ter condições para fazer a sua proposta de trabalho.

E. Certo. Entrando na linha teórica, haveria uma tendência ambientalista, na proposta?

S3. Olha, eu acho que sim. Acho que sim, pelo próprio pessoal que formou o grupo. O nosso grupo começou com um número enorme de pessoas. Com trinta ou quarenta pessoas. Na outra reunião, vinte, na outra dez e, no fim, ficamos nós quatro. Infelizmente as pessoas não aguentam muitas pressões, colocações. O S.4, era o que equilibrava mais o grupo. Ele é um psicólogo mais voltado para a linha freudiana, ele se liga muito nesta linha. O S.2 já é de um linha bem comportamentalista. Eu sou mais para uma linha comportamentalista, mas não exclusivamente. Não sou tão radical. Acho que a linha psicanalítica explica muita coisa, mas não só esta linha. O S.4 tentava dizer para o grupo: "Olha, cuidado! Nós estamos caindo muito no ambientalismo".

E. Vocês tinham o cuidado de não ficar só nisto?

S3. É, de não ficar nós tivemos o cuidado.

E. Mas havia uma tendência ambientalista na maior parte do grupo?

S3. Sim. Havia uma tendência das próprias pessoas. E as pessoas de outras linhas que estavam no grupo não conseguiram permanecer. Pelo menos aqueles muito radicais. A nossa pergunta era sempre assim: O que o aluno vai fazer com este conhecimento? E isto volta para o dia a dia, para o ambiente, entendeu? Então, eu acho que foi por aí.

E. Esta proposta surgiu durante o governo Montoro, que foi o primeiro governo eleito pelo voto direto, no Estado de São Paulo, após o período da ditadura. Ela teria sido possível antes?

S3. Não. Seguramente, não.

E. Você acha que as próprias condições de organização do magistério, da sociedade civil, neste momento, possibilitaram o surgimento desta proposta emancipadora?

S3. Sem dúvida. Ela não poderia, de maneira alguma, ter sido feita antes.

E. E por que? O que ela traz de tão inovador?

S3. Porque era interessante, durante o período da ditadura, que os adolescentes não pensassem. Pois, a partir do momento em que se começa a pensar, a discutir sobre o cotidiano, se começa a reivindicar, a questionar. E os questionamentos são muito difíceis de serem lidados.

Então, Física era muito importante, Matemática também, a Informática, o computador está aí! Vamos bater teclinha! Vamos fazer, entendeu? Pensar, não. O aluno não tem o direito de discutir, de criticar, de reivindicar.

E. O que você vê de inovador, seria, então, vocês terem colocado a Psicologia e o seu ensino em questão? Em discussão? Seria esta a característica de inovação e emancipação?

S3. Eu acho que sim. Mas tem, também, outro aspecto: As disciplinas Humanas haviam sido retiradas do currículo de 2º grau. Quando elas foram retiradas? Coincidentemente a partir do go-

verno revolucionário, de 64 em diante elas foram paulatinamente retiradas. Até vir a Lei 5692, com a proposta de se preparar o aluno para uma profissão, visando tão somente o mercado de trabalho. Quais eram estas profissões? Eram as profissões técnicas.

Não precisa de Filosofia, Sociologia, Psicologia. Para que?

E. Para que pensar, não é?

S3. É. Para que pensar? Pois é, mas a volta à democracia, a própria alteração da Lei de Diretrizes e Bases e a cobertura dada pelo governo Montoro para a política educacional no Estado de São Paulo, possibilitou pensar na volta das Ciências Humanas no Ensino de 2º grau. Esta Proposta é um marco para a discussão do ensino de Psicologia no nível de 2º grau.

E. Você já falou alguma coisa sobre os temas Alienação, Neutralidade Científica, Comunicação e Trabalho e Profissão. Voltando ao tema Trabalho e Profissão, a intenção de vocês era a de pensar o professor de Psicologia com funções de aconselhamento e de orientação vocacional?

S3. Não. Inclusive eu, pessoalmente, não gostei muito do texto do livro sobre Trabalho e Profissão. O Autor trabalhava em Orientação Vocacional na Fundação Carlos Chagas, um trabalho muito bem conceituado mas que nada tem a ver com o papel do professor de Psicologia em sala de aula. Foi convidado para expor o seu trabalho em curso realizado para docentes e, você sabe, deste curso nasceu o livro.

E. Sim, inclusive isto consta na apresentação do próprio livro.

S3. Certo. Então nós fizemos o curso e, no livro, ficou parecendo que nós queríamos que o professor de Psicologia fizesse uma orientação vocacional ou profissional, e não era esta nossa intenção. Era só para discutir as profissões, para que eles tomassem conhecimento delas, mas antes de tudo o trabalho. A professora S. L. após a edição deste livro foi convidada pela equipe de Psicologia da CENP para realizar uma palestra para os professores da rede sobre Orientação Profissional e o ensino de 2º grau.

E. Bem, qual foi a atuação da CENP em relação à Proposta, àquela época?

S3. Naquela época nós tínhamos uma grande força do professor João Palma que era o coordenador da CENP. Ele deu o maior apoio. O Dr. Paulo Renato era o Secretário da Educação e foi também um incentivador para a implantação de tais disciplinas. A CENP, mediante pesquisas, encontros, programas de TV e rádio, contratação de especialistas para palestras, orientação técnica aos docentes, levantamento de opinião na rede, bem como, do número de cargos, pode subsidiar a ação de implantação das disciplinas na rede, chegando até a viabilizar o concurso público para docentes, realizado em 1986.

E. Voltando um pouquinho a esta atuação da CENP. Vejamos: Neste início houve, pelo que você relatou, apoio total e você localizou a gestão do João Cardoso Palma na Coordenadoria, neste período e durante o governo Montoro. No governo seguinte houve alguma alteração?

S3. Sim, houve.

E. Você percebeu o que em relação à proposta?

S3. Vou falar o que eu senti. Na época da própria campanha eleitoral nós já começamos a notar mudanças na CENP, reflexo de toda uma política educacional que se modificava. A CENP é um órgão onde tem de tudo. Existe uma parte técnica que é pressionada pela parte política, e pela parte legal e pela própria rede de ensino. É, por isso, um órgão alvo de críticas. O pessoal costuma criticar dizendo que a CENP não faz nada. Eu, que agora estou novamente na escola, digo sempre que não é bem isto. A CENP tem ótimos profissionais, desenvolve ótimos trabalhos. O problema é que se fica, muitas vezes, politicamente inviabilizado.

E. No governo anterior, havia maior autonomia de voto?

S3. Sim. Muito mais autonomia e liberdade. Mas a nossa liberdade de ação foi sendo tolhida na medida em que os objetivos também foram se modificando.

E. E isto criou muitos conflitos?

S3. Sim, muitos conflitos. É a Psicologia, a Filosofia e a Sociologia, as três disciplinas da área das Humanas, foram as primeiras a ser relegadas. Inclusive escutamos coisas assim: "Não sei porque houve concurso para estas disciplinas. Para que?"

E. Você acha que mudou a política educacional?

S3. Ah, mudou. Havia muito mais liberdade na nossa época. Discutíamos nossa proposta com o coordenador da CENP, com outras

equipes, aceitamos sugestões, é claro, mas havia liberdade. Fomos à TV, naqueles programas que havia sobre Educação. Fizemos programas de televisão sobre Psicologia. Fizemos programas de rádio. Fizemos cursos. Enfim, tudo o que propúnhamos, de uma certa forma, era possível ser feito.

E. Quer dizer que houve uma intensa divulgação?

S3. Imensa! Foram dois anos de atuação intensa. Em 84 e 85 foram as discussões, pesquisas, levantamento de rede. Quando floresceu a Proposta, a divulgação foi intensa. Não eram negadas verbas. Todo este pessoal que convidamos para o curso... Você sabe que a Secretaria da Educação não tem verbas ideais para se pagar um profissional, não é?

E. Sei, é mais um pagamento simbólico, não é?

S3. é. Simbólico mas, enfim, a gente dispunha deste simbólico para oferecer e os profissionais aceitavam, mesmo dentro destas limitações. Mas depois até isto foi cortado, definitivamente. Sei, perfeitamente, que este pessoal não se negaria a trabalhar de graça, porque é um pessoal idealista. Mas já se percebia tolher certos aspectos, a começar pelo corte de verbas. Aí, ficou meio impossível continuar a trabalhar.

E. Você quer dizer, no tocante ao acompanhamento, divulgação e avaliação da proposta, junto à rede? O S.2 disse sobre este assunto que, conforme relato de algumas pessoas, as Ciências Humanas haviam avançado muito na sua organização enquanto que as outras áreas haviam avançado menos, e que teria havido assim um interesse em segurar, um pouco, o avanço das Humanas, para que as outras áreas se organizassem, também. Você vê,

por aí?

53. Não, não vejo. Realmente as Humanas chegaram a avançar mais e a interferir não só em relação às Ciências Exatas, mas em relação a toda uma estrutura de escola e houve, desta forma, seríssimos problemas para os professores de Psicologia, dentro das escolas.

Eu fiquei na CENP até janeiro de 1987 e acompanhei o que aconteceu, no início, com os professores de Psicologia, desde a escolha dos cargos e tudo o mais. Este pessoal ingressou e recebeu orientação da CENP por meio de cursos, reuniões, palestras e tudo o mais. Só que o professor de Psicologia chegava na escola e a diretora dizia: "Que ótimo! Chegou uma psicóloga na nossa escola". Ora, mesmo que ela tenha uma formação de psicóloga, ela está lá para ser professora. Mas achava-se que este elemento ia para lá para resolver os problemas da escola e não para dar aula.

Em termos de aula propriamente dita, o trabalhar de forma mais aberta com os alunos trouxe, também, problemas. Por exemplo, uma professora me relatou que estava discutindo, com os alunos, o problema de drogas e a diretora entrou, dizendo que ela não poderia fazer isto, porque existia um projeto específico, da Secretaria da Educação, sobre o assunto e que o professor de Ciências era quem deveria desenvolvê-lo. Sabe, aqueles projetos que já vêm prontinhos para a escola e como ninguém assume acaba não resolvendo nada. Então, quando alguém se dispõe a fazer alguma coisa, não pode, não deixam. E teve muita coisa assim. Muitos problemas com a direção da escola. O mesmo acontecendo com a Filosofia quando começa a discutir problemas de valores. A Sociologia também. Então,

teve muita interferência. A pressão dos tradicionalistas, se é que podemos chamá-los assim, foi bem maior e conseguiu tolher. E deixaram as Humanas de lado.

E. Quer dizer, não retiraram, porque não puderam retirar, mas tentaram fazê-las calar.

S3. Olha. Não puderam retirar! Este é o nosso grande trunfo: o concurso foi feito! Ninguém vai poder chegar e falar: eu vou tirar estas disciplinas do currículo. Estes profissionais que ingressaram têm, pelo menos, vinte e cinco anos para ficar lá dentro. Você concorda? E isto já é alguma coisa.

E. É verdade. Já é alguma coisa. Você tem conhecimento de como está a proposta hoje?

S3. Não, eu não tenho conhecimento de como ela está hoje. No início nós veiculamos bastante, inclusive com todos os professores de Psicologia aprovados no concurso e ingressantes no magistério. Claro que não a apresentamos como uma Proposta acabada, mas como uma sugestão, para ser colocada em discussão. A nossa intenção era esta: dois anos a Proposta na rede e, a seguir, uma avaliação onde, inclusive, pretendíamos verificar se houve algumas modificações daquelas atitudes que foram constatadas na pesquisa inicial que havíamos feito. Saber se houve alguma modificação e, se não houve, por que. Se teria sido falta de divulgação e se a Proposta não era boa mesmo e precisava ser modificada. Enfim, pretendíamos acompanhar a implantação da Proposta de forma aberta, livre. Até que chegássemos a uma Proposta modificada pelos próprios professores da rede. E isto não foi possível.

E. Você teria mais alguma coisa a informar, para completar o que já foi dito?

S3. Acho que tudo foi colocado. Mas vou colocar uma coisa que você, como pedagoga, acho que vai entender.

Acho que um dos entraves na introdução da Psicologia no 2º grau foi o problema da Psicologia no curso de Magistério. Para formar um cargo são necessárias dezesseis aulas e nós, licenciados em Psicologia, só podemos formar estas dezesseis aulas com aulas de Psicologia no curso regular de 2º grau. Não podemos completar com aulas do magistério.

O licenciado em Psicologia pode dar estas aulas mas, como aula excedente, não para composição de sua jornada de trabalho: muito embora este professor, legalmente, possa dar estas aulas, até antes mesmo do professor licenciado em Pedagogia.

O último capítulo do livro, que trata da parte de legislação, fui eu que escrevi. Mas, na hora de publicar preferimos deixar como sendo de autoria da Comissão de Ensino do CRP, pelo fato de no momento meu nome estar ligado à CENP. Legalmente foi esclarecido que o licenciado em Psicologia poderia dar outros ramos da Psicologia, mas, aqui, no Estado de São Paulo houve entrave. Por que? Porque temos pouquíssimos cursos de habilitação para o Magistério no 2º grau e se o pedagogo não ministrar, também, aulas de Psicologia ele fica com poucas aulas, pois ele tem as aulas de Didática, Metodologia e, com Psicologia ele complementa, também, a sua carga horária. Então está se pensando em que? No professor ou no aluno? Uma segunda questão: o aluno de habilitação para o Magistério se forma muito bitolado, porque ele tem, geralmente, apenas um (01) professor que dá todas as disciplinas de formação.

E. Você está colocando que a habilitação para o magistério, precisa, também, ser repensada?

S3. Sim. E estou colocando isto porque o pessoal de habilitação para o magistério trabalhou, também, conosco, pensando em uma proposta semelhante a esta para o magistério. Só que não deu tempo para aprofundar isto. Mas a habilitação para o magistério está também necessitando ser repensada. Ao meu ver porque este aluno, futuro professor, está sendo formado apenas, por um só professor que dá didática, prática de ensino, metodologia, psicologia, sociologia e outras. Qual a formação que este aluno está tendo? A formação melhor que o aluno poderia ter seria mediante as visões diferentes de diferentes professores nas diversas disciplinas.

E. Promovendo a reciprocidade de pontos de vista, não é?

S3. é. Assim o aluno teria possibilidade de fazer opções ou aproveitar o que julgar melhor das diversas linhas apresentadas pelos diversos professores. Acho que este é um dos entraves.

Enquanto não se pensar no 2º grau como um todo, pouco se poderá fazer. O 2º grau deverá preparar o aluno tanto para prosseguimento de estudo, quanto para minimizar seus problemas para concorrer no mercado de trabalho.

2. Resumo dos Principais Tópicos Abordados pelos Sujeitos

Sujeito 1

Era membro do Conselho Federal de Psicologia (Brasília), do CRP-6ª região (SP) e do Sindicato dos Psicólogos (SP)

Para ele a Proposta e o livro têm o sentido de uma crítica ao que era o ensino de Psicologia no 2º grau.

Reconhece que o trabalho teve finalidades corporativas, no sentido de assegurar e ampliar o mercado de trabalho dos psicólogos, em relação à docência. Mas o trabalho teve, também, o objetivo de contribuir para o bom desenvolvimento do adolescente.

Relata que o trabalho se iniciou no CRP e, posteriormente, a participação foi ampliada para os psicólogos que atuaram como docentes na rede de ensino.

Afirma que o trabalho visava a dar mais competência ao psicólogo no desempenho das funções docentes.

Considerava inadequados os conteúdos que vinham sendo desenvolvidos em Psicologia no 2º grau, em relação às reais necessidades do adolescente.

Com a Proposta, ele e o grupo pretendiam redirecionar o ensino de Psicologia para a realidade, contribuindo para a compreensão e transformação da mesma.

Constata que os cursos de Psicologia, ao privilegiarem a área clínica, não preparam o psicólogo para a docência.

Critica também o fato de que vários professores que lecionam Psicologia não são especialistas na matéria.

Afirma que, para o curso que foi oferecido aos psicólogos interessados na função docente, foi feita cuidadosa seleção dos

especialistas que desenvolveram os temas da Proposta.

Do curso resultou o livro, com a autorização dos especialistas para a publicação de mais palestras.

O objetivo do trabalho foi, segundo afirma, a socialização desta experiência, pois que, com a publicação do temas, outros psicólogos teriam acesso à Proposta.

O livro, para ele, reflete o seu pensamento e o pensamento do grupo.

Emanicipatório tem, para ele, o sentido comum de tornar independente, responsável, autônomo, dentro da proposta da educação libertadora onde, através do diálogo e respeito pelo conhecimento do aluno, se chegará à criação de um saber novo, mais crítico, mais profundo, mais elevado, vinculado ao mundo real e aos seus problemas.

Relata que o livro foi, inicialmente, bastante divulgado e que, após mudanças políticas, o grupo não teve mais acesso à equipe de Psicologia da CENP, da Secretaria da Educação.

Julga que seria importante pesquisar o que é, no momento, o ensino de Psicologia no 2º grau. Acredita que isto precisa ser feito periodicamente para a melhoria e aperfeiçoamento do ensino.

Sujeito 2

Para ele a Proposta foi uma tentativa de democratizar o conhecimento da Psicologia. Faz críticas a um ensino burocrático, academicista, tal como era feito pelos professores de Psicologia.

Para ele, o grupo que elaborou a Proposta tinha uma concepção diferente: os conteúdos tinham que ser dirigidos para a formação da cidadania.

Segundo ele a questão chave que orientou a Proposta foi: "o que a Psicologia tem de conhecimento acumulado e que é importante para o jovem na formação de sua cidadania?".

Afirma que a Proposta é de cunho conteudista e que, no início, até o Prof. Dermeval Saviani, foi conversar com o grupo.

A Proposta representou, neste sentido, uma primeira tentativa, um primeiro passo.

A idéia era, segundo ele, retomada da linha de formação humanística que o movimento de 64 havia retirado dos currículos, em favor das técnicas, da formação técnica do aluno. Neste sentido a Proposta era uma luta contra uma política educacional que havia sido implantada.

Não se tratava de questão sindical, pois, para ele, Sindicato se restringe às discussões da relação capital-trabalho. A atuação a nível de CRP foi, conforme afirma, muito maior, embora tanto o CRP quanto o Sindicato estivessem, na ocasião, sob o comando do mesmo grupo que se denominava "oposição sindical" e que assumiu primeiro o Sindicato e, no ano seguinte, o CRP. Este grupo havia se articulado em 1979.

Ele e o S1 faziam parte das duas entidades, CRP e Sindicato.

Faz estas ressalvas para demonstrar que o grupo que elaborou a Proposta não tinha, de início, intenções corporativistas, voltadas estritamente para o mercado de trabalho. A preocupação era, segundo informa, com a política educacional implantada e com a sua transformação. Para ele, o movimento foi bem politizado desde o início.

Na escolha dos temas, coloca que o fio condutor foi a questão de que a Psicologia tem um conhecimento acumulado que pode servir ao jovem na formação de sua cidadania. Diz que o grupo chegou consensualmente aos dez temas da Proposta.

Mas, afirma, não era uma Proposta fechada. O que se pretendia era abrir discussões, a partir dos dez temas, sobre a relação do jovem com seu ambiente, objetivando, com isto, possibilitar ao jovem entender e viver melhor no mundo. Cada tema deveria caracterizar a questão, de maneira abrangente, dentro das várias abordagens existentes sobre o assunto e, a seguir, partir para a análise do que estaria ligado à vida do aluno.

Afirma que o grupo, em termos teóricos, era bem eclético e que não havia uma tendência ambientalista no mesmo. Julga que isto se reflete na Proposta.

A idéia, a intenção, era a de se apresentar diversas linhas teóricas, diversas vertentes, diversas abordagens, em cada tema. Não garante que tenham conseguido isto.

O livro é, para ele, um apoio de conteúdo para o professor e, em cada tema além desta visão ampla e eclética, o assunto que era tratado, deveria, também, levar ao entendimento da questão social.

O livro foi, conforme relata, resultado da compilação das palestras dadas no curso oferecido aos psicólogos interessados na

função docente.

Para ele, a questão da "psicologia emancipadora" está muito ligada à questão da cidadania. Ao discorrer sobre o tema deixa claro que a escola não deveria "fazer cabeças", mas sim, propiciar dentro de um leque de visões variadas, instrumentos para o aluno se formar enquanto cidadão. Julga que a Psicologia tem um conhecimento acumulado que pode contribuir para isto. Neste sentido, os conteúdos a serem trabalhados não devem formar o "expert", mas ajudar o cidadão a viver de forma crítica. Esclarece que não sabe de como está hoje a Proposta na rede de ensino. Esclarece ainda que havia um plano de acompanhamento da Proposta na rede de ensino. Isto não foi possível, pois com a mudança de governo, a CENP mudou e a situação política também mudou. Com a mudança da chefia da CENP, mudou toda a orientação da mesma e o trabalho foi interrompido.

Tece comentários sobre as dificuldades do poder instituído em conviver e aceitar um poder concorrente, que partilhe decisões, mesmo quando, como no caso, este poder é assumido por um governo que se diz democrático. Conclui este pensamento dizendo que "a questão do poder é muito mais profunda."

Ao comentar sobre a inclusão de alguns temas na Proposta, como, por exemplo, o tema "Comunicação", afirma que tal tema entrou porque a Comunicação é um fenômeno de massa recente, principalmente pela influência da televisão, o que demonstra uma preocupação com uma temática atual e relevante em relação àquilo que o jovem vive.

Não concorda que a Psicologia tenha, na Proposta, sido definida em termos comportamentais, pois o grupo que elaborou a Proposta não trabalhava com uma noção de comportamento fechada.

Afirma que não trabalhavam com uma noção de comportamento só exp-
presso, incluíam nesta noção, também, "eventos interiores".

Ainda sobre esta questão, diz que ninguém nega que há uma
relação muito forte entre comportamento interno e externo, ao
mesmo tempo. Segundo ele, Piaget não nega isto, nem Skinner.

Conclui afirmando que a linha que se pretendia, na Proposta,
é a linha interacionista. E eclética, também, conforme afirmações
anteriores. O que se procurava eram as convergências entre as vá-
rias tendências. A intenção era esta, afirma.

A instrospecção, é por ele definida como comportamento enco-
berto e, afirma, este comportamento encoberto depende, também, da
relação com o mundo.

Julga que, nas palestras, uma das conclusões mais importan-
tes, a respeito de comportamento aprendido e comportamento herda-
do, foi a de que, hoje, não se pode afirmar que um determinado
comportamento é só apreendido ou geneticamente determinado.

O grupo tinha, segundo ele, a intenção de quebrar mitos. No
tema "Trabalho e Profissão", isto é evidenciado, ao quebrar o mi-
to da vocação, da tendência inata e o mito da livre opção, ao se
levar o jovem à compreensão de que sua inserção no mercado de
trabalho está muito mais ligada a outras questões do que a ques-
tões psicológicas. Aqui se percebe a colocação da questão do uso
ideológico da Psicologia.

Finalizando diz que a Psicologia, como matéria de ensino no
2º grau, corre o risco de virar grupo terapêutico ou consultório
sentimental, se cuidados não forem tomados na formação destes do-
centes.

Era membro da CENP. Segundo afirma, a Proposta nasceu de uma pesquisa elaborada pela CENP, onde tentou-se levantar os temas que os professores de Psicologia vinham lecionando.

Concluíram, por esta pesquisa, que era uma Psicologia desvinculada da realidade do aluno e que em nada o ajudaria a lidar no seu dia a dia. Daí, conforme afirma, surgiu o tema central: o Homem, que vive no mundo, com todos os seus problemas, com todo o seu interrelacionamento.

Da pesquisa feita foi levantado o dado de que a maioria dos professores que lecionam Psicologia não eram especialistas, formados em Psicologia. No entanto, constataram que mesmo os psicólogos não estavam trabalhando direito.

Trabalhar direito, para ele, diz respeito a se criar condições para o adolescente lidar com a vida dele. Discorre sobre a infelicidade do adolescente, que se sente incompreendido e se isola do mundo, sem perceber que este comportamento estará influenciando o comportamento do outro, já que somos todos muito ligados. Se o adolescente puder perceber que o comportamento dele não está sendo muito adequado, e a Psicologia pode auxiliar neste sentido, ele se aperceberá de que a adolescência é apenas uma fase pela qual ele está passando, afirma S3.

Em relação aos problemas de drogas, sexo, namoro, julga que a Psicologia também poderá lidar com eles, melhor que qualquer outra disciplina. Afirma que estes temas, embora não apareçam como temas específicos na Proposta, estão contidos em outros.

Discorre sobre o problema da sexualidade do adolescente e julga que aos jovens "foi dada uma liberdade sexual muito grande

com a qual eles não estão sabendo lidar".

Esclarece que, como membro da CENP, quando este órgão procurou o CRP, a motivação inicial dizia respeito a problemas legais que os psicólogos estavam enfrentando junto ao MEC, em relação às possibilidades de docência para o psicólogo. Alude, ainda, ao fato de ter sido responsável, no grupo de elaboração da Proposta, por esta parte legal e que passava estes subsídios para o S1, que era membro do Conselho Federal de Psicologia, levar à Brasília. Até que, pela Portaria MEC nº 35/85, conforme sua interpretação, se ampliou a possibilidade de registro do psicólogo, para "Psicologia", compreendendo todas as disciplinas relacionadas a esta área de conhecimentos no 2º grau. Segundo ele (isto consta, também, do livro à p. 182), este posicionamento foi confirmado em contato formal entre o MEC e o Conselho Federal de Psicologia.

A partir daí o grupo conseguiu a inclusão da Psicologia no currículo de 2º grau, em São Paulo, bem como a realização do concurso de ingresso ao magistério, nesta disciplina. O concurso foi realizado em 1986 após exaustivo levantamento de vagas, que foi feito por eles junto à rede oficial de ensino, quando puderam anotar 54 cargos vagos para o concurso. Relata ainda que a Secretaria da Educação, na pessoa do Coordenador da CENP e do próprio Secretário da Educação, deram todo apoio possível nesta fase dos trabalhos.

Quanto à Proposta propriamente dita, o objetivo da mesma era resgatar a parte humana do currículo de 2º grau, a parte de valores humanos, o pensar, o raciocinar, o pensamento crítico.

Afirma que na escolha dos temas houve muita discussão, mas que, ao final, o grupo venceu, pois era um grupo coeso. Mas, reconhece que o S2 teve grande influência na escolha dos temas da

Proposta.

Reconhece, também, não poder dizer que a Proposta tenha sido bem elaborada, mas sim, que foi muito discutida, todos emitindo opiniões.

Para ele, a Proposta e seu temário são apenas sugestões. Tais sugestões foram feitas para acordar o professor.

O objetivo era, diz ainda, o de se jogar uma semente e levantar discussões.

Confirma, como já o fizera o S1, que foi realizada cuidadosa seleção dos profissionais que foram convidados a desenvolver os temas da Proposta. Tais profissionais deveriam falar a mesma linguagem do grupo de elaboração da Proposta.

Reconhece que o trabalho foi, neste sentido, bastante direcionado, a escolha recaindo sobre aqueles profissionais com uma visão mais totalizante e que se preocupassem em traduzir seu conhecimento para coisas práticas, do dia a dia do adolescente.

O livro era dirigido aos professores, mas, alunos também, podem lê-lo, esclarece. É, pois, segundo ele, uma Proposta. Não é um livro didático, não é uma coisa estanque. Tem o intuito de ensejar discussões.

Admite uma tendência ambientalista na Proposta e relata que o grupo era, no início, muito grande e foi sendo reduzido até que, ao final, ficaram apenas os quatro elementos autores da Proposta. Acha que isto aconteceu pela dificuldade de alguns em aceitar colocações, pressões.

Segundo ele, o S4 era o elemento que dava equilíbrio ao grupo e representava a corrente psicanalítica. Relata ainda que o S4 alertava. "Olha, não está ficando ambientalista demais, esta Proposta?"

Ele se auto-define como ambientalista, mas não tão radical. Acha que a linha psicanalítica explica também muita coisa, mas não só esta linha. Define o S2 como sendo da linha bem comportamentalista. Confirma que, embora tivessem cuidado para não cair muito no ambientalismo, pessoas de outras linhas não conseguiram permanecer no grupo.

Afirma que esta Proposta não poderia ter surgido antes, na vigência do movimento militar, porque durante este período não interessava fazer o adolescente pensar, pois, ao pensar, se questiona, se reivindica. E os questionamentos são difíceis de serem ligados.

Assim, para ele, a grande inovação da Proposta foi o fato de ter a mesma colocado a Psicologia e o seu ensino, em questão. Com a volta da democracia se pensou a volta das humanas no currículo e os questionamentos a respeito de valores, ideologias, etc.

Reconhece que, na época de sua elaboração, a Proposta foi amplamente aceita pela Secretaria da Educação e que foi feita intensa divulgação, inclusive com dotação de verbas para este fim.

Mas no governo seguinte houve alterações, inclusive na CENP. Esclarece que a Cenp é um órgão onde tem de tudo: uma parte técnica que é pressionada pela parte política, pela parte legal e pela própria rede de ensino. É, por isso, este órgão é muito criticado. Acha que não é bem assim e que a CENP tem ótimas pessoas e desenvolve ótimos trabalhos. O problema, afirma, é que este órgão fica, muitas vezes, politicamente inviabilizado.

Julga que no governo anterior havia mais autonomia e liberdade na CENP. Com a mudança de governo, mudou a política educacional. Julga que os objetivos também eram diferentes. Este novo grupo passou a questionar até a realização dos concursos das dis-

ciplinas humanas, no 2º grau.

Relata ainda que permaneceu na CENP até 1987 (janeiro) acompanhando os acontecimentos.

Em relação aos concursados do primeiro concurso de ingresso em Psicologia, relata que foram realizados cursos, reuniões e tudo o mais, mas o acompanhamento da Proposta na rede de ensino, não foi possível ser realizado.

Conta, também, que estes primeiros professores de Psicologia tiveram alguns problemas na escola, em parte porque se esperava deles que resolvessem, como psicólogos, todos os problemas da escola e, também, pelo fato de desenvolverem um trabalho mais aberto.

Assegura que a pressão dos que denomina "tradicionalistas" foi muito forte e que, por isso, deixaram as Humanas de lado. Não puderam retirá-las do currículo e este é, a seu ver, o grande trunfo do trabalho do grupo: o concurso foi realizado e considera que isto já é alguma coisa!. Não sabe como está, hoje, a Proposta.

Tentaremos, a seguir, verificar os pontos em comum abordados pelos sujeitos de nossa pesquisa e, após, as principais divergências ou pontos onde as opiniões entre eles não são totalmente coincidentes.

3. Síntese Integrativa

3.1. Coincidências

1. A Proposta representa uma crítica ao que era o ensino de Psicologia no 2º grau.

2. A Proposta tem por objetivo contribuir para o bom desenvolvimento do adolescente.

3. Os autores criticam uma Psicologia alienada da realidade, tal como era veiculada no 2º grau, anteriormente à Proposta. O tema da alienação é uma constante nas falas dos sujeitos. Julgam que os conteúdos eram inadequados, por serem muito formais e burocratizados, em detrimento do intelectual, do afetivo e do social.

4. Todos concordam que mesmo o psicólogo, licenciado em Psicologia, que vinha dando aulas, não estava bem preparado para o magistério. Atribuem este fato ao se privilegiar, na formação profissional, no curso de Psicologia, a área clínica em detrimento da licenciatura.

5. O livro reflete, no geral, o pensamento do grupo.

6. Todos confirmam uma atuação maior do CRP do que do Sindicato dos Psicólogos na fase de elaboração da Proposta.

7. Todos reconhecem um posicionamento político bastante esclarecido e articulado, no grupo que elaborou a Proposta.

8. Todos afirmam que a Proposta não é um produto acabado e fechado, mas sim, apresenta sugestões para serem discutidas. Era um início de trabalho, primeiros passos. Não totalmente elaborada, embora bem discutida.

9. O livro e a Proposta são destinados aos Professores de Psicologia.

10. A questão Psicologia X Ideologia aparece em todas as falas, no sentido do uso ideológico que pode ser feito da Psicologia e da necessidade de se discutir isto.

11. Consideram que o momento histórico em que a Proposta foi elaborada determinou as possibilidades de sua enunciação, pois ela não seria possível antes e não teve continuidade após.

12. Todos percebem uma realidade que precisa ser transformada e consideram que a educação e especialmente a disciplina Psicologia podem contribuir para isto.

13. Todos confirmam que o livro foi resultado da compilação das palestras dadas pelos especialistas convidados para desenvolverem os temas da Proposta no curso.

14. Todos afirmam não saber como está, hoje, a Proposta na rede de ensino.

3.2. Divergências

1. **Corporativismo.** - Um dos elementos afirma que, ao menos no início, a Proposta não tinha finalidades corporativistas, visando apenas assegurar ou ampliar o mercado de trabalho dos psicólogos interessados na função docente. Dois outros elementos admitem esta possibilidade e deixam clara a atuação de ambos a este respeito.

2. **Objetivos educacionais.** - Um dos elementos enfatiza a formação da cidadania como o aspecto mais importante a ser procurado na formação do adolescente.

Outro elemento tece comentários sobre problemas de ajustamento do adolescente, que se sente infeliz e se isola dos demais, bem como sobre problemas em relação ao uso de drogas, à sexualidade e ao namoro, discorrendo bastante sobre estes temas, que estariam excluídos dos programas tradicionais de Psicologia, embora também não apareçam, ao menos explicitamente, na Proposta.

O terceiro elemento enfatiza a importância do que chama reais necessidades do aluno, cujos aspectos intelectual, afetivo e social deveriam ser considerados.

3. **Especialização.** - Dois elementos criticam o fato de que professores não especializados, pedagogos, filósofos, sociólogos, estejam lecionando Psicologia, donde se infere que o professor especializado (formado em Psicologia) poderia fazê-lo melhor.

Um dos elementos julga que tanto o psicólogo quanto o pedagogo podem trabalhar de forma correta a Psicologia. Só não concorda com restrições ao trabalho do psicólogo em relação à docência de Psicologia.

4. Teorias de Ensino. - Um dos elementos afirma que a Proposta é de cunho conteudista. Aqui se percebe uma tentativa de vinculação da Proposta à Pedagogia social dos conteúdos, que tem no professor Dermeval Saviani (citado por este elemento), um dos seus expoentes.

Outro elemento afirma que a Proposta tem o sentido da educação libertadora onde, através do diálogo, e respeitando-se o conhecimento do aluno, professor e aluno chegariam a um saber mais crítico, mais elaborado, mais vinculado ao mundo real e seus problemas. Aqui se percebe uma tentativa de vinculação da Proposta a uma Pedagogia na linha defendida pelo Professor Paulo Freire (Pedagogia libertadora).

5. Perfil dos especialistas convidados. - Dois elementos afirmam que foi realizada cuidadosa seleção dos especialistas que desenvolveram os temas e que os mesmos deveriam ter afinidade com a linha teórica do grupo.

Um elemento diz que houve problemas em relação ao recrutamento destas pessoas, pois a idéia era garantir, em cada tema, um "mapeamento" de todo o conhecimento teórico acumulado sobre o assunto e a vinculação desse conhecimento à realidade, sem se privilegiar determinada vertente teórica, o que nem sempre foi conseguido.

6. O fio condutor. - A questão não ficou bem esclarecida. Um dos elementos diz que seria o reconhecimento de que a Psicologia possui um conhecimento acumulado para oferecer ao jovem na formação de sua cidadania. Outro fala em socializar conhecimentos e em educação libertadora. E o outro afirma que um dos sujeitos teve interferência decisiva na escolha dos temas.

7. A Proposta é ambientalista? - Um dos elementos admite uma tendência ambientalista na Proposta. Um deles discorda, afirmando que seria exatamente o contrário, ou seja, não havia uma tendência única, pois que procurou-se o ecletismo e, talvez, um interacionismo, ao menos ao nível das intenções e reconhece que o Grupo não trabalhou com um conceito fechado de Psicologia do Comportamento.

8. A Proposta e o livro. - Para um dos elementos a Proposta se confunde com o livro. Para outro, está clara uma certa falta de conexão entre a Proposta e o livro.

9. Para um dos elementos a Proposta e o livro representam uma tentativa de socializar o conhecimento da Psicologia. Para outro, a Proposta foi uma tentativa de democratizar o conhecimento da Psicologia.

10. Para um dos elementos o maior trunfo da Proposta teria sido a realização do Concurso de Ingresso ao magistério para a disciplina de Psicologia, garantindo e assegurando a permanência da Psicologia no currículo de 2º grau. Outro ponto que considera importante foi o de terem, com a Proposta, colocado a Psicologia e o seu ensino em questão.

DESDOBRAMENTOS DA PROPOSTA

Os dados dos desdobramentos da proposta, de que dispomos, são dados obtidos junto à CENP, no Setor de Psicologia, em janeiro de 1990.

A título de elucidação e possível comparação, transcreveremos, também, tabelas e arrazoados da CENP, à época da elaboração da Proposta, mais especificamente, dados de 27 de agosto de 1985. Estes dados estão contidos em ofício do então coordenador da CENP ao Secretário da Educação, onde é solicitada a realização de concurso de ingresso, na área de Ciências Humanas, no 2º grau.

O quadro abaixo refere-se ao número de escolas que tinham incluído Filosofia, Psicologia e Sociologia em seus currículos no ano de 1985.

Disciplina	Filosofia	Psicologia	Sociologia	Total
Coordenadoria				
* Cogsp	268	156	155	579
** C E I	332	298	193	823
Total	600	454	348	1402

* Cogsp = Coordenadoria da grande São Paulo.

** C E I = Coordenadoria do Ensino do Interior.

Assim, por estes dados, de 1402 escolas em números totais, 600 incluíram a disciplina Filosofia, 454 incluíram Psicologia e

348 incluíram Sociologia em seus currículos no ano de 1985.

Neste mesmo documento consta que a maioria dos professores que lecionavam estas disciplinas eram devidamente habilitados, na seguinte proporção:

Disciplina	Filosofia	Psicologia	Sociologia
Profes- sores			
Habilitados	61%	63%	52%
Não-Habilitados	39%	37%	48%

Foi constatado também, conforme o quadro abaixo, que a maioria dos professores pesquisados tinha o magistério como sua principal atividade profissional:

Disciplina	Filosofia	Psicologia	Sociologia
Magis- tério			
Como atividade Principal	97%	96%	83%
Como atividade Secundária	3%	4%	17%

Através deste ofício e comentando os dados levantados, a Coordenação da CENP faz ver, ao senhor Secretário da Educação, que o último concurso para Filosofia e Sociologia teria sido realizado em 1969, quando foram efetivados apenas 23 professores de Filosofia e 34 de Sociologia, sendo que estes últimos tiveram, com a retirada desta disciplina do currículo, de optar em 1970 por

História ou Geografia. De Psicologia mesmo, jamais houve concurso, informa este documento.

Ao final dos seus arrazoados, o então Coordenador da CENP enfatiza a importância da realização destes concursos no sentido da implementação de uma nova política educacional, em que fossem privilegiados, no ensino de 2º grau, componentes de natureza crítica e reflexiva que pudessem assegurar ao adolescente uma visão integrada de Homem e Mundo, capacitando-o ao exercício da cidadania. Para o Coordenador, a realização destes concursos consolidaria uma nova política educacional.

Pois bem, estes concursos foram realizados em 1986 e, conforme a fala do S3, este teria sido o maior trunfo do grupo de trabalho que elaborou a proposta.

Retomando um pouco a Proposta emancipadora, queremos crer, à vista dos dados que nos vão sendo mostrados, que embora interesses corporativistas (estejam sempre presentes nas reivindicações de categorias profissionais), estes não nos pareceram ser o fio condutor do trabalho realizado.

Transpareceu, em todas as falas, em todos os documentos analisados, um interesse maior em relação ao resgate do humano em Educação, como também um compromisso destes elementos com a educação popular e com os avanços na participação democrática dos jovens educandos da escola pública.

Conforme relatos obtidos de nossos entrevistados, após janeiro de 1987, com o afastamento inclusive do S3 de suas funções na CENP, o grupo não teve mais contato com o que acontecia neste órgão e em relação à Proposta.

Com o intuito, pois, de acompanhar a trajetória da Proposta na rede de ensino, após a dispensa do grupo que a elaborou, diri-

gimo-nos à CENP, Setor de Psicologia, para coleta de dados e informação mais recentes.

Obtivemos a informação de que em Julho de 1987 foi elaborado um roteiro de avaliação da Proposta, que foi enviado às escolas. Segundo nos esclareceram, este roteiro tinha por finalidade verificar o grau de conhecimento que os professores de Psicologia tinham da Proposta, bem como submetê-la à apreciação destes professores e, ainda, levantar sugestões para sua reformulação.

Informomaram-nos que os roteiros foram enviados para as Delegacias de Ensino e que 58,9% delas responderam.

A partir destes relatórios foi elaborado o documento "Análise qualitativa da Avaliação dos relatórios encaminhados pelas DEs", pela equipe de Psicologia da CENP. Dos 76 relatórios que foram recebidos, 49 vieram do interior e 27 da grande São Paulo o que equivaleria a um percentual de 54,4% das DEs da CEI e 69,2% das DEs da Cogsp, segundo dados estatísticos da CENP. Informaram ainda que 63% dos professores da Cogsp e 49% do interior já conheciam a Proposta, ou seja, 51% do interior e 37% da grande São Paulo não conheciam.

Como aspectos positivos da Proposta são apontados os que dizem respeito à visão integrada de Homem e de Mundo (26,5% CEI e 55,6% Cogsp), ao desenvolvimento do Senso-crítico dos alunos (10,2% CEI, 29,6% Cogsp), à formação do indivíduo crítico e participante (18,4% CEI e 14,8% Cogsp) e aos temas que seriam interessantes para os alunos (14,3% CEI, 11,1% Cogsp).

Quanto às críticas, a extensão do conteúdo é o tópico mais apontado (24,5% CEI e 59,3% Cogsp).

Em relação aos temas elencados pela Proposta, o item "Neutralizade Científica" é o mais criticado e, em seguida, o tema

"Alienação".

Os temas foram considerados muito complexos, segundo esta avaliação, numa proporção de 4,1% dos professores da CEI e 3,7% da Cogsp. A equipe da CENP atribui esta avaliação feita pelos professores de Psicologia em relação à complexidade dos temas da Proposta, a problemas relativos à formação destes professores, já que, segundo julgam, os cursos de Psicologia não os preparam devidamente para as funções docentes, posto privilegiarem a área clínica na formação do psicólogo. Dificuldades apontadas pelos professores na aplicação da Proposta, tais como, falta de texto e subsídios (44,5% CEI e 37% Cogsp) e problemas metodológicos (8,2% CEI e 22,2% Cogsp) são, também, creditados ao despreparo do professor de Psicologia, em virtude de uma formação deficitária nas licenciaturas dos cursos de Psicologia.

Em relação às dificuldades dos alunos, a CENP interpreta que o maior problema estaria ligado à falta de textos de qualidade e elaborado numa linguagem acessível a alunos do 2º grau, bem como ao que classificam como "falta de pré-requisitos" em termos de atitudes, tais como participação em seminários e interesse em pesquisa, e em termos de linguagem escrita e oral.

Com base nestes dados são sugeridas reformulações nos itens da Proposta, no sentido de agrupamento de itens e de inclusão ou alteração dos mesmos. Colocam que o tema "Neutralidade Científica" foi o que recebeu maior número de indicações para alteração ou inclusão em outros itens. Em seguida, o tema da "Alienação" aparece como um dos mais rejeitados.

Outros tópicos teriam sido solicitados para inclusão na Proposta, como "Sexualidade", "Adolescência" e "Drogas".

Em apêndice, no final deste trabalho, transcreveremos o quadro "Síntese geral da avaliação da Proposta curricular de Psicologia", elaborado pela CENP, a partir dos dados por ela levantados. (Anexo III).

Interpretando estes dados, a equipe de Psicologia da CENP apresenta, em 1989, um documento denominado "Diretrizes para a reformulação da Proposta curricular de Psicologia para o 2º grau".

Neste documento afirmam que a Psicologia que pretendem para o 2º grau está voltada para o homem concreto, situado historicamente, não como entidade abstrata, idealizado. Assumem um posicionamento contrário à tendência de se ver a Psicologia como conjunto de prescrições de Educação para a saúde mental.

Julgam que o ensino de Psicologia deva estar voltado à normalidade e às questões relacionadas sobre as influências sociais no comportamento.

Os conteúdos arrolados, afirmam, não devem discriminar, estigmatizar, mas sim, levar ao conhecimento, à compreensão.

Do ponto de vista metodológico, prescrevem que este conhecimento deve sempre partir da vivência do aluno, trazendo o seu cotidiano para a escola, e isto com elo de compreensão para as questões teóricas. Não se trata, advertem, de uma limitação ao cotidiano, mas da utilização dele para reflexões teóricas mais profundas.

Enfatizam ser este novo trabalho fruto de elaboração coletiva, pois que resulta de vários encontros e discussões entre o pessoal da área, sendo o mais significativo o que teria ocorrido em julho de 1987.

Esta nova Proposta teria, também, segundo informam, a intenção de atender a uma nova realidade surgida a partir da criação dos CEFAMS, em 1988, que introduziram a disciplina Psicologia na 1ª série destes cursos, com uma característica definida como "geral". Tal disciplina serviria de suporte para os conteúdos mais específicos das séries subsequentes. Consideram, a despeito disso, que os conteúdos básicos de Psicologia devem ser comuns a todo o 2º grau.

Concluem que as críticas feitas à 1ª versão da Proposta de Psicologia não dizem respeito à relevância dos temas tratados, mas apontam a necessidade de reestruturá-las, sem prejuízo dos objetivos.

Daí a tentativa que fizeram de vincular temas afins; por exemplo, um tema considerado muito difícil, como "Neutralidade Científica", não precisará, nesta nova versão, ser muito aprofundado e ficará vinculado à discussão de um tema de maior abrangência, qual seja, "a Relação Homem-Mundo na Psicologia", que viria a ser a unidade I da nova Proposta.

Sobre as indicações bibliográficas, informam que procuraram reduzi-la ao que julgaram básico e indispensável; cada capítulo terá essa indicação.

O critério de seleção bibliográfica foi a afinidade com o referencial teórico assumido, a acessibilidade e adequação ao professor que atua no 2º grau.

Na reconstrução, que é como denominam o trabalho realizado, os temas da antiga Proposta teriam sido assim aglutinados:

Unidade I

Relação Homem/Mundo na Psicologia, englobando os temas "Caracterização da Psicologia", "Neutralidade Científica" e "Comportamentos Herdados e Adquiridos".

Unidade II

O Homem em construção: o Adolescente. Aqui estão contidos os temas "Emoção e Afetividade", "Motivação" e "Trabalho e Profissão".

Unidade III

Condutas emergentes do Processo de Interação Social, onde estariam contidos os temas "Alienação", "Comunicação" e "Comportamento Normal e Anormal".

Acrescem que o tema "Agressividade" não foi colocado de forma explícita por ter sido considerado como uma dimensão emocional da conduta humana.

Afirmam que "foi dado um novo enquadre" (sic) a alguns destes temas (p. 7 do documento citado).

O objetivo maior ao se arrolar estes conteúdos seriam a compreensão da conduta do indivíduo imerso num processo histórico.

Recomendam que tais conteúdos devam ser tratados a nível bem geral em que se apontem os referenciais teóricos não somente distintos, quanto divergentes dentro da Psicologia, mas que tal análise seja feita sempre a título de exemplo, sem aprofundamento... Sumariamente, esta nova Proposta está assim apresentada:

Unidade 1 - A Relação Homem/Mundo na Psicologia.

- 1.1. A ênfase nos fatores objetivos.
- 1.2. A ênfase nos fatores subjetivos.
- 1.3. A ênfase na interação do sujeito com o mundo.

Unidade 2 - O Homem em construção = o adolescente.

- 2.1. O significado da adolescência.
 - 2.1.1. A personalidade do adolescente = a elaboração das experiências pessoais e o ingresso no mundo adulto. O que a adolescência traz de novo ao "continuum" do desenvolvimento humano.
 - 2.1.2. As implicações sócio-culturais da fase da adolescência.
- 2.2. O dinamismo da interação das emoções e das motivações na conduta do adolescente. Como este processo interfere nas questões ligadas à sexualidade, às drogas, à escolha profissional, etc.

Unidade 3 - Condutas emergentes no processo de interação social.

- 3.1. Construção da identidade e alienação.
- 3.2. A gênese e a dinâmica dos preconceitos e estereótipos.
- 3.3. A comunicação de massas e os processos relacionados à formação de atitudes coletivas.
- 3.4. Conduta socialmente divergente: a questão da normalidade.

Pelo exposto, percebe-se a existência de um sincero esforço, pela equipe de Psicologia da CENP, no sentido de fincar pé nos ganhos obtidos com a realização do concurso de ingresso na área, mas um certo recuo no sentido de discussões mais arrojadas em relação à Psicologia, distanciando-se esta nova Proposta, quase que totalmente, das questões de cunho ideológico e político, das questões sociais.

Esta nova versão não coloca, por exemplo, o qualificativo "emancipadora", em relação a si própria. Não pretende, nos parece, ter esse compromisso. Talvez não perceba como necessários e pertinentes uma Psicologia e um ensino que sejam emancipadores.

Não iremos nos ater a críticas no tocante a questões técnico-metodológicas em relação ao levantamento de dados que teriam subsidiado a elaboração desta nova Proposta, mesmo porque os elementos fornecidos a este respeito não são absolutamente claros e precisos.

Só levantaríamos o fato de que uma pesquisa do tipo "levantamento de dados", feita através de um roteiro padrão, estruturado, a ser respondido pelos professores de Psicologia da rede de ensino, para após receber um tratamento estatístico, quantificando-se os resultados, recebeu, ao final, uma análise qualitativa.

O recurso à análise qualitativa se justificaria se o depoimento e as discussões mais aprofundadas dos sujeitos da pesquisa (professores de Psicologia) tivessem sido colhidos através de entrevistas diretas, a partir de roteiro semi-estruturado de entrevistas, e isto não foi feito.

No tratamento dos dados percebemos um misto entre o quantitativo e o qualitativo que pode, é claro, fornecer alguns indícios, algumas pistas, mas, também, permite interpretações as mais

variadas possíveis.

Na abordagem qualitativa, a natureza do contato entrevistador-entrevistado precisaria ser melhor explicitada, o que não ocorreu, ou melhor, tal contato, não aconteceu. Supõe-se, pelos relatórios feitos, que impressos (roteiros) foram distribuídos às Delegacias de Ensino e estas os distribuíram aos professores que, após responderem, os devolveram às Delegacias de ensino, que, por sua vez, enviaram à DENP isto tudo, dentro do fluxo normal de comunicação burocrática, hierarquizada, da Secretaria de Educação.

Para os professores era mais um dos inúmeros relatórios e papéis, que a burocracia solicita e que são preenchidos e devolvidos.

No entanto, foi a partir deste levantamento que se deram os desdobramentos da Proposta, culminando na elaboração de uma nova Proposta de Psicologia que difere, em muito, da original.

Para elucidarmos ainda mais tudo isto, parece interessante acompanhar, um pouco, esta trajetória.

Recapitulando, vamos lembrar que, nesta fase de reelaboração, os autores da Proposta inicial não foram mais consultados e não tiveram nenhum tipo de acesso a este novo trabalho. Eles foram, por assim dizer, silenciados, nesta fase de reelaboração, reestruturação ou retificação, o que comprova mais uma vez que uma das formas mais eficientes de interdição de um discurso ou enunciado é a proibição pura e simples dele!

Desta forma, os autores da Proposta não puderam mais falar sobre ela, desenvolvê-la junto à população alvo, no caso os professores de Psicologia. Na realidade, com isto, não é a Proposta que foi proibida mas a população alvo que foi proibida de ter acesso a ela. Foi proibida uma possível interação da população

alvo com os autores da obra.

Como outra fonte de interdição de um discurso ou enunciado pode ser feita pela construção da noção de erro ou de inadequação do mesmo, ao se propor um novo "enquadre", menos amplo, alterando, aglutinando, refazendo o enunciado anterior, de certa forma se está, assim, interditando-o, também, pela noção de erro, de inadequação. Ao se proibir interações, proíbe-se a produção da linguagem, da comunicação e se promove o controle do que é enunciado.

Poderíamos analisar a Proposta emancipadora no conjunto de suas contradições, a respeito das quais já fizemos algumas considerações em capítulos anteriores. No entanto, julgá-la de antemão equivocada, interditando-a e aos seus autores, parece-nos algo abusivo e autoritário.

Os erros e equívocos que nela possam existir não poderiam ser entendidos como a negação da verdade, posto que esta é um processo de busca e compreensão, e o erro apenas um momento neste processo.

Este processo de busca e compreensão também foi interrompido com a interdição aos autores da Proposta. Nesta perspectiva, assinalamos que o conhecimento não pode ser entendido como um saber pronto, algo dado, mas sim, algo dando-se, constituindo-se e, neste contexto, erros e equívocos tem algo de virtuoso e mesmo necessário.

Um ensino libertador, emancipador defende, necessariamente, um ensino da não interdição, em todas suas formas. Daí, o não poder a Proposta modificada qualificar-se como emancipadora.

Nesta mesma linha de raciocínio, a Proposta modificada que minimiza os conteúdos e reduz drasticamente a bibliografia a ser

utilizada, supondo falta de pré-requisitos básicos aos alunos para maiores avanços, interdita às classes populares, alunos do 2º grau da Escola Pública, o acesso ao saber. Estabelece, desta maneira, não o que o aluno deve saber, mas aquilo que ele não deve saber.

A apropriação do saber acumulado, patrimônio de toda a humanidade e, até mesmo, condição de humanidade, é também uma forma de emancipação das classes populares; tal forma de emancipação, contida nas afirmações de "democratização do saber", "socialização do saber", foi assumida pelos autores da Proposta emancipadora, como transparece nas entrevistas.

A Proposta modificada propugna por uma Psicologia que tenha por objetivo a compreensão da conduta do indivíduo imerso num processo histórico.

A Proposta Emancipadora assumia um compromisso, ao menos em suas intenções, com a transformação, com a mudança social, tendo em vista uma maior participação das classes populares (alunos da escola pública) na vida democrática. Aqui percebemos os indivíduos como agentes do processo histórico e, por isso, é dada uma grande ênfase nas questões sociais e de cidadania.

Quando a CENP, após a dispensa dos autores da Proposta Emancipadora, volta à rede de ensino, para levantar dados sobre ela, já o faz com o intuito de reformá-la. Podemos inferir que, desde o início do levantamento de dados, houve um certo direcionamento neste sentido.

Os itens da Proposta Emancipadora mais criticados, segundo os dados da CENP, foram "Neutralidade Científica" e "Alienação".

Os argumentos de falta de subsídios para tratar os temas, falta de preparo do professor, linguagem pouco acessível, marca-

ram, a nosso ver, o fato de não se pretender fazer, por exemplo, a crítica epistemológica da própria Psicologia enquanto ciência.

Vale lembrar vários estudos sobre o tema da Neutralidade Científica e da Alienação, que têm em comum a conclusão de que a ciência, incluindo a Psicologia, não é neutra nem desinteressada, posto ser historicamente determinada em termos de seus compromissos sociais. Assim, toda ciência é, de certa forma, ideologicamente determinada. Mascaram este fato implica, também, num posicionamento ideológico, qual seja, o de manutenção das coisas como estão.

Em relação à Alienação, o conceito que se opõe a este seria o de conscientização, ou melhor, tomar ciência de, compreender, desvendar, pensar criticamente, o que não interessa, quando não se quer mudar a situação existente.

Na Proposta Emancipadora, os seus autores pretenderam trazer à tona discussões sobre estes temas, bem como os condicionamentos sócio-políticos dos mesmos. Na proposta modificada tentou-se omitir a questão ideológica e as questões político-sociais. Tentou-se, por assim dizer, "desideologizar" a Psicologia e o seu ensino, como se isto fosse possível.

Nas falas dos entrevistados, mormente na do S₃, que foi membro da CENP, percebe-se nitidamente a luta, o antagonismo entre estas duas tendências, quando da mudança de coordenação da CENP, com a mudança no governo em São Paulo.

Ora, como qualquer cientista, todo psicólogo está comprometido com uma posição filosófica ou ideológica.

Pedro Demo, ao discutir o tema da objetividade científica, tema este ligado à questão da neutralidade científica, afirma que a ciência só seria objetiva, se o sujeito pudesse sair de si mes-

mo e ver-se de fora. Como isto não é possível, só é possível ver a realidade sob um ponto de vista. Este ponto de vista é do sujeito, não da realidade. Julga que a idealização da atividade científica é, também, uma ideologia, cuja finalidade seria a de justificar os privilégios sociais do cientista. Concluí que a ciência é, em parte, a ideologia dos cientistas. Não cabe também, segundo esta visão, a representação do cientista isolado em seu laboratório, consumindo sua vida em prol do progresso da humanidade. (3).

Disto tudo decorre a impossibilidade de se tratar a Psicologia e qualquer outra ciência de forma neutra, desinteressada e totalmente objetiva. As questões ideológicas sempre estarão presentes.

Ao colocar estes temas polêmicos em discussão, a Proposta Emancipadora, ao menos ao nível de intenções, assume um compromisso com a formação da consciência crítica da clientela de 2º grau da escola pública, visando com isto aumentar a possibilidade de participação deste extrato da população na vida democrática.

Percebemos um compromisso com a transformação, com a mudança, ao tentar resgatar o direito à cidadania de segmentos sociais excluídos.

No período anterior, uma visão da educação e do ensino sob uma perspectiva predominantemente técnica, encobria e dificultava as discussões da dimensão político-social do processo ensino-aprendizagem.

À Proposta Emancipadora, como espécie de antítese ao tecnicismo reinante, contrapõe, em primeiro plano, a discussão político-social, em torno de temas polêmicos, como Neutralidade Científica e Alienação.

Neste contraponto dialético podemos até perceber certos exageros, como, por exemplo, um tom meio panfletário e um direcionamento um pouco rígido em torno de algumas discussões, conforme se constata em alguns artigos do livro publicado. Na Proposta Emancipadora, propriamente dita, isto não aparece, assim, de forma tão veemente. Aparecem sugestões, apontando no sentido de se levantar questionamentos e discussões em torno de temas polêmicos.

Alguns exageros neste contraponto poderiam ser creditados à tentativa de diferenciar, por radical oposição, a Proposta Emancipadora do tecnicismo e burocratismo da situação anterior. Em alguns momentos, e os próprios autores da Proposta Emancipadora reconhecem, houve falta de uma maior elaboração, de um maior aprofundamento nas questões levantadas.

Mas foi, sem dúvida, um momento rico e fecundo de reflexão e crítica. Os exageros, por certo, ficam por conta do entusiasmo do momento, pois que, na época, passava-se a respirar um clima de maior liberdade.

No entanto, com o advento de novo comando na CENP, este processo todo é interrompido. É proposto ao ensino e à Psicologia como que um retorno às instâncias burocráticas do período anterior. "Os tradicionalistas venceram", diz o S₃. Lutar contra uma política educacional que burocratizava o ensino de Psicologia seria, no dizer do S₂, um dos objetivos da Proposta Emancipadora.

No entanto, eis que a máquina burocrática volta a se impor: dispensa os serviços dos que pudessem servir de ameaça a ela e controla a produção do saber a ser transmitido, através de técnicos não necessariamente afeitos às questões de ensino e educação.

Com perplexidade verificamos a burocracia e o tecnicismo, implantados no período anterior, resistindo e permanecendo imper-

meáveis às mudanças. Esta burocracia não suporta a partilha do poder, e de decisões sobre os rumos do ensino com órgãos representativos da sociedade civil, como o CRP e o Sindicato dos Psicólogos. Trata-se de uma burocracia que se reafirma como poder, controle, alienação e obstáculo à criatividade, à participação e da descentralização do poder decisório.

Neste contexto burocratizado é que foi engendrada a nova Proposta, que, na realidade, não é nova e não traz, da primeira o menor vestígio. Esta proposta foi com certeza a proposta possível ante o controle burocrático. É tão ampla e difusa que, ao tentar açambarcar tudo, não diz, rigorosamente, nada. Os temas são por demais vagos, genéricos e, por permitirem tudo, não significam nada.

Em uma das falas do S₃, antigo membro da CENP, é feita a defesa deste órgão, no sentido de que no mesmo desembocam todas as expectativas dos setores envolvidos com a educação e o ensino, tais como: o técnico, o político, o pessoal da rede, o aparato legal - administrativo e, no confronto dos interesses, quase sempre conflitantes, destes setores é que as equipes da CENP trabalham. Parece-nos que, em um clima de maior liberdade, destes confrontos poderiam sair projetos interessantes. No entanto, a burocracia controladora tem dificuldade em lidar com uma instância da organização sobre a qual seu poder pode não ser totalmente assegurado. Tanto que se ouvem, atualmente, comentários a respeito da possibilidade de extinção deste órgão na estrutura organizacional da Secretaria da Educação. Isto nos leva a indagar se episódios tais como os que ensejaram a elaboração da Proposta Emancipadora não seriam, por ameaçadores ao aparato burocrático, fatores desencadeantes de mais esta atitude de interdição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se neste momento nos indagássemos se a Proposta para o ensino de Psicologia, objeto deste trabalho, é realmente emancipadora, levando em conta os resultados de nossa pesquisa, teríamos que responder afirmativamente, ainda que com ressalvas.

Isto porque ela representou uma crítica a determinada situação, assumindo, para tanto, posicionamentos políticos de compromisso com as classes populares (alunos da escola pública) e de luta pela sua emancipação.

Ficou claro que a Proposta e o seu enunciado foram, de certa maneira, determinados pelo contexto histórico, político e social da época de sua elaboração. Ela aconteceu a nível institucional, em um momento histórico preciso quando, no Estado de São Paulo, se retomava a prática democrática, com a eleição do 1º governo eleito pelo voto direto, após o movimento militar iniciado em 1964.

Sem dúvida, isto aponta no sentido de que as condições concretas de sua enunciação determinaram as possibilidades de sua ocorrência, senão vejamos:

O movimento dos Psicólogos que, em termos de ensino, culminou na elaboração da Proposta, se articulava desde 1979 com o nome de "Oposição Sindical". Este movimento assume, primeiro, a liderança do Sindicato dos Psicólogos e, após, do Conselho Regional de Psicologia - 6ª. região (CRP), ou seja, assume as duas entidades representativas desta categoria profissional.

Quando da articulação do movimento de "Oposição Sindical", vivia-se, no país, um clima de abertura democrática, durante o governo Figueiredo. Neste período se deram, por exemplo, o retorno e a anistia dos exilados políticos brasileiros.

Estes fatos podem ser entendidos como indicadores do clima de restabelecimento da normalidade política do país, depois de longo período de exceção. A possibilidade de eleições livres e diretas, ao menos a nível de governo estadual vem, também, sinalizar nesta direção. A sociedade civil que se organizara, de forma a resistir e a reivindicar avanços políticos e democráticos, começa a obter suas primeiras conquistas. E quer mais.

É neste clima de abertura política e de avanços democráticos que um grupo de psicólogos, politicamente articulados, toma, em São Paulo, as entidades representativas da categoria e tenta intensificar nelas o desejo de maiores conquistas democráticas.

No campo específico da Educação e do ensino, conscientizam-se de sua importância social e passam a desenvolver discussões e debates sobre esta área de atuação profissional. Toda essa movimentação tinha como objetivo a reformulação de um ensino e de uma prática docente comprometidos com uma visão de homem e de mundo que, pretendiam, não fosse mais mantida.

As críticas que o grupo faz ao burocratismo, ao tecnicismo, ao formalismo e a toda alienação que prejudicam as atividades de ensino têm por finalidade o resgate do humano na educação, ou melhor, resgate do homem, como ser total, em toda sua dignidade, liberdade e cidadania.

Por isto é criticada a visão anterior de homem e mundo que privilegiava, ao nível de 2º grau, o preparo de mão-de-obra, o preparo de técnicos de nível médio, em detrimento de uma formação

mais abrangente que privilegiasse o homem e não o mercado de trabalho. É proposta uma visão que não mais fragmentasse o ser humano, limitando-o, apenas, à sua força de trabalho.

Com tais perspectivas são propostas, ao nível de intenções, levantamentos e discussões de temas polêmicos, de conteúdo ideológico evidente, com a disposição de se permitir a constituição da consciência crítica dos alunos e dos professores. É proposto, também, em termos de linhas teóricas em Psicologia, um certo eclétismo.

Na fala de S₂ percebemos o sentido deste eclétismo. Segundo S₂ este eclétismo visaria à aspiração de "não se fazer a cabeça de ninguém", na medida em que as várias vertentes teóricas em Psicologia fossem apresentadas às discussões e debates entre alunos e professores.

Aqui, nos parece, foram cometidos alguns equívocos. A idéia de eclétismo poderia levar ao conceito de pluralismo democrático, como sendo uma aspiração do grupo. No entanto, ao se misturar tudo, ou quase tudo, em termos teóricos como o eclétismo faz, não se tem muita clareza do que se pretende e não se chega rigorosamente a nada. A este respeito, melhor seria, nos parece, que se colocasse a questão no campo da interdisciplinaridade, entendida como muito mais do que a justaposição de visões fragmentadas.

Partindo-se do pressuposto de que há tantas PsicoLOGIAS quanto são os pontos de vista sobre o homem, ou seja, aceitando-se a enorme abrangência do campo da Psicologia, a busca das possíveis congruências, das convergências necessárias entre os pontos de vista, seria o campo da interdisciplinaridade, a ser alcançada através da reciprocidade dos pontos de vista que levaria a uma maior compreensão da totalidade do homem, entendido aqui

como uno mas pluridimensional.

Japiassu, discorrendo sobre o tema da interdisciplinaridade, propõe-na não como moda, panacéia ou mesmo como prática de ensino, mas sim, como uma categoria científica, relativa à pesquisa. Ou seja, após a super-especialização, decorrente de visões fragmentadas de homem e mundo, que por sua vez esmigalham e dificultam a compreensão do homem em sua totalidade, o pesquisador sai em busca de uma visão integrada e totalizante pela interdisciplinaridade, sendo esta entendida, como propõe Japiassu, não como uma síntese do saber, mas sim, como produto do confronto e do embate, da reciprocidade dos pontos de vista, que podem levar a uma possível intersubjetividade. (13).

Assim, o caminho da interdisciplinaridade parece-nos mais apropriado do que o ecletismo sugerido pela proposta.

Pois bem, ao mesmo tempo em que fazemos estas restrições ao ecletismo, apontamos uma contradição relativa à visão eclética da Proposta.

Ao assumir uma posição ambientalista na linha da Psicologia comportamental, behaviorista, a Proposta exclui e, de certa forma, interdita a participação e a manifestação de vertentes teóricas antagonicas como, por exemplo, a Psicanálise.

É bem verdade que S₂ nega enfaticamente esta tendência. No entanto, S₃ a admite e acrescenta que pessoas com visões divergentes não aguentaram a pressão e saíram do grupo. Informa ainda que, para deenvolverem os termos da Proposta, foram convidadas pessoas que tivessem afinidade com o modo de pensar do grupo. Admite, também, que a sua posição teórica é comportamental, behaviorista, embora não exclusivamente. Classifica S₂ como totalmente comportamentalista, behaviorista e atribui a ele uma influên-

cia decisiva na escolha dos temas da Proposta.

Esta tendência ambientalista e behaviorista foi-se nos mostrando, também, quando da análise da Proposta propriamente dita e nos textos que compõem o livro, conforme já assinalamos em capítulos anteriores.

Para fundamentar ainda mais esta análise e, também, por curiosidade intelectual, quantificamos o número de vezes em que, na Proposta, aparece a palavra "comportamento" (e sucedâneos como "comportar-se", "comportamentos"), e, também, o número de vezes em que aparece, por exemplo, a palavra "mente" (ou sucedâneos como "estados mentais", "processos mentais"), e constatamos o seguinte: o termo "comportamento" aparece 26 vezes; o termo "mente" não aparece nenhuma vez, nem mesmo quando é proposto o tema "Emoção e Afetividade".

Este dado parece-nos, também, muito significativo e, a nosso ver, ratifica a tendência behaviorista da Proposta, por nós detectada.

Da fala de S₂ se depreende que não era intenção do grupo a manifestação dessa tendência. No entanto, ela aí está. A intenção declarada era a de se garantir, na Proposta, a manifestação de todas as vertentes teóricas da Psicologia, de forma eclética.

A contradição que queremos apontar fica por conta da exclusão da vertente psicanalítica em uma proposta que se pretende eclética...

O outro aspecto interessante que queremos ressaltar é o fato de que as maiores críticas às visões fragmentadas do Homem, na Psicologia, incidem, justamente, sobre a vertente behaviorista. Este fato sugere a necessidade de uma maior discussão e elaboração, por parte dos autores da Proposta, ao pretenderem, como tema

central da mesma, a compreensão do homem total.

Segundo Japiassu, a Psicologia experimental, da qual deriva o behaviorismo, se constitui, antes de tudo, numa tentativa de rompimento com a introspecção. Seu objeto seria, segundo ele, uma atividade do organismo e não um conteúdo da consciência, acessível por introspecção. Assim, sentencia Japiassu, o postulado inicial behaviorista seria a eliminação das consciências. (10:41 a 42).

Ora, justamente a constituição da consciência crítica, através da reflexão, era um dos postulados da Proposta. A capacidade de crítica e reflexão dizem respeito a processos mentais superiores, desconsiderados pelo behaviorismo.

Discorrendo um pouco mais sobre o behaviorismo, Japiassu chega a análise da ideologia subjacente a esta vertente Psicológica: "é ao rejeitar terminantemente, em nome da cientificidade a "noção caduca de liberdade", sua nova psicologia nada mais faz do que propor a substituição dos problemas de consciência, intersubjetivos, pelos problemas da organização das esferas econômicas em sistemas, desde o management, até o surgimento de uma ideologia tecnocrática. Ademais, esta nova Psicologia, escudada na Biologia e na Física, propõe uma argumentação biológica, permitindo reduzir o social ao animal e fazendo abstrações da história e das relações sociais..." (10:46).

Pois bem, a idéia de liberdade correspondente ao termo emancipadora, que é como seus autores qualificam a Proposta, fica, também, um pouco comprometida na visão behaviorista e skinneriana de Psicologia posto que, para Skinner, a liberdade seria um mito. (21).

Por se centrarem no behaviorismo, de inspiração skinneriana, e no paradigma experimental das ciências naturais aplicado às ciências humanas, as mais contundentes críticas a uma Psicologia conservadora, comprometida com a situação vigente (posto que não postula mudanças), limitadora da liberdade e da criatividade ao

buscar, através de reforçamentos (basicamente, recompensas e punições), a modelagem do comportamento humano, visando com isto a adaptação ou ajustamento do homem a uma situação que não é nunca contestada, parece-nos que seria muito fecunda e produtiva, a crítica a este paradigma e a esta vertente teórica da Psicologia. A Proposta omite, inibe e até mesmo encobre estas questões.

No contraponto de visões antagônicas como, por exemplo, a Psicanálise, poder-se-ia tentar esta elaboração crítica, através do confronto de idéias e na busca da reciprocidade de pontos de vista.

Afinal, comportamento deve, ao nosso ver, "comportar/a/mente". A proposta não chega a ser emancipadora a este ponto.

Devemos, porém, ressaltar que a Proposta tenta uma dimensão que poderíamos denominar de neo-behaviorista, quando, por exemplo, ao definir comportamento, observa que "comportamento deve ser entendido na sua aceção mais ampla possível. Envolve não só as ações exteriores, como também, os eventos interiores como pensamentos, emoções, valores, etc:". (2:3). No entanto, parece-nos, ainda, uma visão marcadamente comportamental e ambientalista.

Para finalizar, há ainda um aspecto que gostaríamos de considerar. No livro publicado, às páginas 8 e 9, os autores da Proposta fazem recomendações em relação ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos. Nestas recomendações são indicadas, claramente, duas correntes teóricas em educação: a Pedagogia libertadora de Paulo Freire e a Pedagogia crítico-social dos conteúdos. Nas falas de S₁ e S₂ estas duas tendências são, respectivamente, evidenciadas.

Os autores sugerem, nas recomendações, a possibilidade de aproximação entre estas duas concepções pedagógicas, numa prática

emancipadora. Deixam pistas no sentido de que tal aproximação deva ser tentada numa possível continuidade com a valorização do conhecimento popular (como Paulo Freire postula), como fase inicial do processo, em que se chegue ao confronto desta prática concreta com os conteúdos do conhecimento científico acumulado, que se tenha a respeito dela. Pretendem, assim, em forma de síntese, uma unidade entre a teoria e a prática, entre a ação e a reflexão.

Propõem precedimentos didáticos variados, tais como: discussão em grupo, seminários, relatos de pesquisas realizadas pelos alunos, visitas, observações. Recomendam que tais práticas devam, porém, garantir ao aluno a possibilidade de identificar diferentes interpretações do mesmo fato e, para tanto, o professor, em sala de aula, deverá, também, garantir esta possibilidade, trazendo ao debate os conteúdos vivos do saber acumulado. Sugerem que o papel do professor será o de ampliar a percepção do aluno, criando novas necessidades, organizando métodos de estudo e pesquisas e motivando-o para a participação ativa.

Estas recomendações nos pareceram, interessantes, mormente por sabermos que, nos meios acadêmicos, os debates e enfrentamentos entre freireanos e conteudistas estão muito acesos.

Julgamos as recomendações a respeito de possíveis aproximações entre estas duas tendências pedagógicas como interessantes, porque, também a nós, elas não parecem antagônicas ou irreconciliáveis. Ambas têm compromisso com a educação popular, com um ensino emancipador e, só por isto, já haveria razão suficiente para se tentar buscar, entre elas, as convergências possíveis. A Proposta sugere este caminho. É algo que merece ser aprofundado.

Neste sentido a Proposta se nos apresenta, também, como um passo à frente, rumo a uma Psicologia e a um ensino realmente emancipadores.

Enfim, por tudo o que foi exposto, a Proposta parece-nos, em certa medida, válida. No entanto, pelos entraves burocráticos que se impuseram, ela foi inviabilizada politicamente.

Seria viável se pudesse ser discutida criticamente, de forma livre e aberta, por aqueles a quem foi destinada: professores de Psicologia e alunos e professores das licenciaturas dos cursos de Psicologia. Esta etapa do trabalho foi, como analisamos em capítulo anterior, interrompida e impedida de prosseguir.

Este nosso estudo tem, como uma de suas pretensões, avivar estas discussões e trazer à tona algumas questões suscitadas pelas mesmas, já que entidades representativas de uma categoria profissional conseguem, após longo período de silêncio e obscurecimento, retomar a palavra e, após muitas discussões, propor caminhos a serem percorridos na constituição de uma prática de ensino de Psicologia, emancipadora.

No entanto, esta palavra, por incômoda ou mal interpretada, é de novo interditada, e a caminhada, interrompida. Por julgarmos, como o poeta, que "o caminho se faz ao caminhar", retomamos a Proposta e, com ela, a palavra.

Proposta para o Ensino de Psicologia no 2º grau.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema central: o Homem, enquanto ser total, que interage no mundo.

Questão Central: o que determina (interfere, altera, modifica...) o comportamento humano?

Observação: comportamento deve ser entendido na sua acepção mais ampla possível. Envolve não só as ações exteriores como também os eventos interiores, como pensamentos, emoções, valores etc.

SUGESTÕES DE ASPECTOS A SEREM ABORDADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TEMA CENTRAL:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PSICOLOGIA:

___ É possível estudar o Homem isolado de seu meio ambiente?

___ Caracterização de Psicologia como a Ciência que estuda as relações entre o comportamento humano total e seu ambiente total, em que o Homem está inserido (desmistificá-lo como "Ciência que estuda a alma").

Comportamento humano total: como definido acima.

Ambiente total: os eventos ambientais mediatos e imediatos ao comportamento.

Eventos mediatos: ex.: situação sócio-econômica que gera condições concretas que interferem no comportamento.

Eventos imediatos: ex.: relações concretas do jovem na família, no trabalho, na escola etc.

Porém esses dois níveis estão intimamente relacionados e devem ser analisados como tal.

___ Identificar as áreas de atuação do psicólogo, partindo-se das tradicionais (Clínica, Trabalho, Educação) e abordando as novas áreas (Saúde Pública, presídios, instituições, comunidade etc.). Identificar ainda a dicotomia entre modelos de atuação remediativa X modelos de atuação preventiva, que pode ocorrer em cada uma das áreas de atuação. Observar que tais modelos são, em parte, função de: a) formação profissional; b) da própria História da Psicologia, enquanto profissão em nossa sociedade; c) da própria visão de mundo do profissional (ideologia do profissional). Discutir as consequências do modelo remediativo, identificando que uma delas foi o distanciamento da Psicologia dos grandes problemas que afligem a população como um todo.

2. NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

___ A Ciência é neutra?

___ Identificar, pelo menos, duas concepções, partindo-se da que encara Ciência como atividade humana neutra (saber pelo saber) e chegando-se à que propõe a Ciência como atividade humana sujeita aos valores e concepções predominantes em uma sociedade.

___ Observar que os valores dominantes numa sociedade capitalista correspondem àqueles que atendem aos interesses dos setores dominantes e que o desenvolvimento científico tem estado sujeito aos mesmos.

___ Quais setores sociais têm usufruído da tecnologia resultante das pesquisas científicas, em todas as áreas?

___ O que acontece quando um país não desenvolve pesquisa científica sobre seus principais problemas? O que significa um país ter que importar tecnologia? Quem tem o controle da tecnologia hoje?

O objetivo é demonstrar a importância que o conhecimento científico pode ter, desde que seja desenvolvido a partir de e dirigido para a solução dos problemas que atingem toda a população e não só determinados setores.

3.COMPORTAMENTOS APRENDIDOS E HERDADOS

___ O que se sabe sobre comportamentos herdados (transmitidos geneticamente).

___ Identificar, pelo menos, duas concepções sobre a relação em questão: de um lado, a influência etológica, enfatizando as interpretações da carga hereditária e, de outro, as concepções modernas, enfatizando o papel da relação indivíduo X meio.

___ Caracterizar o Homem, no reino animal, como sendo o que apresenta a menor carga de comportamentos herdados e, portanto, a maior carga de comportamentos aprendidos.

___ Analisar a aprendizagem como um processo que se caracteriza pela alteração de comportamentos (externos ou internos), em função da relação entre o Homem e seu meio ambiente; ou seja, a partir da formação da vida, inicia-se uma intensa e constante relação indivíduo X meio, onde um altera o outro: há aprendizagem quando ocorrem alterações no comportamento em função desse processo. Alterações podem significar novos comportamentos ou mudanças em antigos.

___ Identificar o processo de desenvolvimento humano, situando-se pelo menos duas concepções, desde as pré-deterministas (em que grande parte do desenvolvimento é proposto como determinado geneticamente) até as ambientalistas (que enfatizam o papel do meio como determinante principal do desenvolvimento).

___ Até que ponto se pode dizer que inteligência, personalidade, aptidão, agressividade etc. são comportamento herdados? O que existe de comprovação dessas relações e até que ponto são meras crenças populares?

___ A quem interessa e quais as consequências de se assumir uma concepção de Homem em que tais padrões de comportamento são considerados herdados? (desmistificar tais crenças como a "justificativa científica" para as desigualdades sociais). Por exemplo: partindo-se do pressuposto liberal de que alguns homens nascem mais inteligentes do que outros (isto seria herdado), criam-se condições que acabam por justificar as diferenças sociais como decorrentes de problemas individuais e não das relações concretas de produção.

4. CONCEITOS DE NORMAL X ANORMAL EM PSICOLOGIA

___ O que se entende por comportamento normal e anormal?

___ Identificar, pelo menos, duas concepções sobre a relação acima: de um lado, as concepções patológicas, derivadas do modelo médico (normalidade determinada pelo equilíbrio interno do homem) e as concepções psicos-sociais, onde o padrão de normalidade é determinado culturalmente pelo grupo social.

___ Caracterizar que, até onde se sabe, anormalidade pode ser considerada em função de a) distúrbios genéticos; b) problemas anátomo-fisiológicos; c) principalmente, padrão de normalidade con-

siderado pelo grupo social (este último critério é o que mais interessa ser discutido pela Psicologia).

___ Analisar a questão dos estigmas sociais como decorrência da noção de normal e anormal do senso comum.

5. MOTIVAÇÃO HUMANA

___ O que leva um indivíduo a querer alguma coisa ou querer fazer algo?

___ Caracterizar pelo menos duas concepções sobre motivação, desde as que a caracterizam como determinada basicamente por fatores intrínsecos aos indivíduos (vontade, impulso etc.) até as que caracterizam motivação como função prioritária das relações entre o indivíduo e o seu meio.

___ Caracterizar motivação como:

- . condição que predispõe o indivíduo a se comportar;
- . tais condições dependem das relações com o meio.

___ Por que as pessoas gostam ou não de alguma coisa?

Ex.: por que um aluno gosta mais de uma matéria (está mais motivado para estudá-la) e não de outra? Será que existe um gen que determina isto? Ou será que depende mais de fatores ambientais na relação aluno X matéria (professor "chato", programa mal formulado, conteúdo desinteressante...)

___ Se a motivação fosse algo que surgisse apenas de dentro para fora, como explicar o efeito da propaganda? Como funciona a propaganda? (no sentido de criar motivação para consumir).

___ O que faz um indivíduo gostar (motivar-se) de algo pela coisa em si? Por exemplo, o que faz com que um jovem venha a gostar de ler pelo prazer que a própria leitura proporciona?

___ Por que muitos jovens vão à escola mas não gostam dela, não se sentem motivados pelas coisas que são ensinadas?

Observação: há muitos temas relacionados com a juventude, que poderiam ser abordados aqui. A proposta é analisá-los na relação indivíduo X meio e não era reprodução do senso comum.

6. ALIENAÇÃO

___ Qual a concepção que se tem de alienação?

___ Identificar pelo menos duas concepções de alienação, caracterizando-a como um fenômeno puramente individual ou como fenômeno determinado pelas condições de vida e pela própria ideologia subjacente à sociedade capitalista.

___ Que fatores determinam a alienação do Homem em nossa sociedade?

___ Quais as características das relações de trabalho e produção em nossa sociedade?

___ Por que é importante que a população assuma essas concepções como verdades?

___ Qual o papel da escola, religião, propaganda etc. na manutenção e transmissão dessas concepções?

___ Que alternativas tem o jovem para superar a condição de alienação?

___ Por que a questão da droga é enfatizada como principal problema da juventude? Que problemas estariam sendo mascarados com essa ênfase? Explorar a relação entre o uso de drogas e as condições concretas de vida existentes numa sociedade de classes que limitam as possibilidades dos jovens, de se motivarem por questões mais relevantes.

7. COMUNICAÇÃO

- Em que situação ocorre realmente a comunicação? Como se dá a comunicação na família? Na escola? No trabalho? Na comunidade?
- Qual o papel dos meios de comunicação de massa (TV, jornal etc.) na formação da linguagem e do pensamento das crianças e jovens?
- Quais as relações entre linguagem e pensamento no desenvolvimento humano e em que medida tais processos vão determinar os valores que caracterizarão a ideologia desses indivíduos?
- Por que há um grande empenho por parte do Estado em controlar os meios de comunicação de massa? Será uma medida de proteção à população ou mais um meio de controle dessa mesma população?

8. EMOÇÃO E AFETIVIDADE

- O que é comportamento emocional? O que acontece quando o indivíduo se emociona? (mudanças fisiológicas nas situações emocionais tanto agradáveis quanto desagradáveis).
- Identificar pelo menos duas concepções que encarem emoção e afetividade como processos puramente individuais (supostamente determinados por traços hereditários) ou como padrões de comportamento determinados pelas relações sociais e condições concretas de vida.
- Por que certos fatos emocionam uns e não emocionam outros?
- Caracterizar emoção em função de:
 - . mudanças fisiológicas;
 - . situações de vida que determinam os comportamentos emocionais.

Daí a importância da história de vida para explicar o padrão de comportamento do indivíduo.

___ Que problema de afetividade o jovem enfrenta hoje? Por que esses problemas ocorrem?

___ Há necessidade de orientação sexual ou a "vida é a melhor escola"?

___ Quais as relações entre afetividade e valores morais? Como ocorrem mudanças nesses níveis e suas relações?

9. AGRESSIVIDADE

___ O que caracteriza o comportamento agressivo?

___ Identificar pelo menos duas concepções sobre o assunto, desde as que encaram agressividade como sendo parte da "natureza humana" (influência etológica) até as que encaram agressividade como um padrão de comportamento aprendido na relação indivíduo X meio.

___ Caracterizar os fatores conhecidos que podem desencadear agressão: modelos, frustração, ameaça, perda ou impossibilidade de atingir coisas que dão prazer.

___ Como tais fatores estão presentes na nossa sociedade e geram agressividade?

___ É possível, numa sociedade de classes, não haver agressão?

___ Que fatores geram e mantêm os chamados comportamentos delinquentes?

___ Fatores que podem inibir a agressão: sentimento de culpa, medo das consequências e o próprio valor atribuído à agressão. Aí entra o papel da Educação, no sentido amplo da palavra.

___ A punição diminui a agressão?

10. TRABALHO E PROFISSÃO

___ Identificar pelo menos duas concepções sobre vocação: de um lado, as que enfatizam vocação como sendo determinada por habilidades e potencialidades inatas e, de outro, as concepções que demonstram que a escolha profissional é determinada pelas condições de vida (origem social, *background* cultural, possibilidades concretas de estudo etc.)

___ Por que os indivíduos escolhem uma profissão em função basicamente de quão lucrativa ela será?

___ Por que, para grande parte das moças, realizar um "bom casamento" é sinônimo de "qual é a profissão do noivo e suas possibilidades futuras de progredir na vida"?

___ Caracterizar que, numa sociedade de classes, o trabalho perdeu seu verdadeiro significado de contribuição social do Homem para o bem comum e se tornou um meio para o indivíduo aumentar seu poder de consumo. É esta a sociedade que queremos?

___ Que opções tem o jovem, hoje, para realizar uma escolha profissional consciente?

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME -

LOCAL DE TRABALHO -

ATIVIDADES PROFISSIONAIS -

ENDEREÇO -

TITULAÇÃO -

PUBLICAÇÕES -

ÁREAS ESPECÍFICAS DE PESQUISA -

ÁREAS ESPECÍFICAS DE ENSINO -

DATA -

LOCAL -

HORÁRIO -

ENTREVISTA

- 1- Como V. S^a. vê a Proposta para Ensino de Psicologia no 2º grau, da qual é autora?
- 2- Descreva sua experiência como parte do grupo que criou a proposta.
- 3- Em que circunstâncias este grupo de trabalho se constituiu?
- 4- Qual o objetivo do trabalho?
- 5- Descreva a Proposta.
- 6- Qual o fio condutor na escolha e na elaboração dos diversos temas tratados na Proposta?
- 7- Como surgiu o livro?
- 8- Os temas tratados no livro por autores que, não necessariamente, participaram da elaboração da Proposta, refletem seu pensamento no momento em que V. S^a. integrava o grupo de trabalho?
- 9- Como V. S^a. vê a Proposta como emancipadora? O que seria este ensino emancipador?
- 10-V. S^a. tem conhecimento de como está a Proposta hoje?
 - a) Foi veiculada?

b) Foi analisada?

c) Foi divulgada?

11-V. Sr. gostaria de complementar estes dados com outras informações e ou sugestão que julgue importantes?

ANEXO III

SÍNTESE GERAL DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

PSICOLOGIA

ÍTEMS DO	FREQUÊNCIA	CEI		COGSP		TOTAL		%
		TOTAL	%	TOTAL	%	GERAL	TOTAL	
ROTEIRO	RESPOSTAS							
	NEUTRALIDADE CIENTÍFICA	9	18.4	9	33.3	18	23.7	
TÓPICOS	ALIENACÃO	7	14.3	8	29.6	15	19.7	
QUE	COMUNICAÇÃO	3	6.1	8	29.6	11	14.5	
DEVERIAM	EMOCÃO E AFETIVIDADE	5	10.2	2	7.4	7	9.2	
SER	TRABALHO E PROFISSÃO	5	10.2	1	3.7	6	7.9	
REFORMU-	COMPORTAMENTO NORMAL E ANORMAL	4	8.2	0	-	4	5.3	
LADOS	COMPORTAMENTOS HERDADOS E ADQUIRIDOS	3	6.1	1	3.7	4	5.3	
	AGRESSIVIDADE	2	4.1	1	3.7	3	3.9	
	CARACTERIZAÇÃO DA PSICOLOGIA	2	4.1	0	-	2	2.6	
	SEXUALIDADE	12	24.5	17	63.0	29	38.2	
TÓPICOS QUE	DROGAS	6	12.2	9	33.3	15	19.7	
DEVERIAM	ADOLESCÊNCIA	10	20.4	14	51.9	24	31.6	
SER	PERSONALIDADE	4	8.2	7	25.9	11	14.5	
INCLUÍDOS	DESENVOLVIMENTO	4	8.2	4	14.8	8	10.5	
	CORRENTES PSICOLÓGICAS	5	10.2	7	25.9	12	15.8	

BIBLIOGRAFIA

- 1 - BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa. Ed.70-1977.
- 2 - CONSELHO Regional de Psicologia - 6a. região e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. *Psicologia no ensino de 2º grau: Uma Proposta Emancipadora*. São Paulo, Edicon, 1986.
- 3 - DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais* - São Paulo, Atlas - 1985.
- 4 - ECO, Umberto. *Como se faz uma tese* - Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- 5 - FARIA, W. *Teorias de Ensino e Planejamento Pedagógico*, São Paulo, 1987.
- 6 - FREIRE, Paulo. "Educação bancária e Educação libertadora", in Patto, M. H. Souza. *Introdução à Psicologia Escolar*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- 7 - FERREIRA, May G. *Psicologia Educacional - Análise Crítica*. São Paulo, Cortez, 1986.
- 8 - GOULART, Iris B. *Psicologia da Educação*, Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- 9 - HAAS, Y. *A formação do Professor de Psicologia em Questão* - Tese de Mestrado, Unicamp, S.P.
- 10 - JAPIASSU, Hilton. *A Psicologia dos Psicólogos* - R.J. Imago, 1983.
- 11 - JAPIASSU, Hilton. *A Revolução Científica Moderna*. R.J. Imago, 1985.
- 12 - JAPIASSU, HILTON. *Introdução à Epistemologia da Psicologia*, R.J.Imago, 1982.
- 13 - JAPIASSU, HILTON. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*, R.J. Imago, 1976.
- 14 - JAPIASSU, Hilton. *Questões Epistemológicas*, R.J. Imago, 1981.
- 15 - LUDKE, M. e André, Marli E. D. *A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, São Paulo, EPU, 1986.
- 16 - LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública: A Pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo, Loyola, 1989.
- 17 - MERANI, Alberto L. *Psicologia e Alienação*. Trad. Rachel Gutiérrez, R.J., Paz e Terra, 1977.
- 18 - MOTTA, Fernando C. P. *O que é burocracia* - São Paulo, Brasiliense, 1985.

- 19 -PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia e Ideologia - São Paulo. T. A. Queiroz, 1984.
- 20 -SELLTIS, J., Deutsch e Cook - Métodos e Pesquisa nas Relações Sociais. Trad. Dante Moreira Leite, São Paulo, EPU, 1974.
- 21 -SKINNER, B.F. O mito da liberdade - Summus, 1983.
- 22 -SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 1986.
- 23 -von Buetter, Glória E. B. Pires - Análise da Estrutura Curricular de um Curso de Psicologia - Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1990.

Errata

Pág. 2 - consciência (último parágrafo).

Pág. 5 - flagrante (3º parágrafo).

Pág. 22 - Anexo I (final do 3º parágrafo).

Pág. 23 - Motivação (antes do tema Alienação, na
coluna Temas desenvolvidos pelos
especialistas).

Pág. 61 - 1984 (3ª linha do último parágrafo).

Pág. 103 - tirar parênteses (na 3ª e 4ª linhas do
3º parágrafo).

Pág. 104 - Informarem - nos (2º parágrafo).

Pág. 121 - temas (4ª linha do último parágrafo).